CNDHC

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CNDHC 2019

ÍNDICE

ÍNDICE

1. Introdução 10
2. Plano de Atividades 10
2.1. Áreas de Atuação 11
2.2. Enquadramento e Objetivos do Plano 11
2.3. Objetivos Específicos 11
3. Recursos Humanos 14
3.1. Composição da CNDHC 14
3.2. Conselho Coordenador 15
4. Funcionamento da CNDHC 18
4.1. Reuniões Plenárias 18
4.1.1. XLIV Reunião Plenária 18
4.1.2. XLV Reunião Plenária 19
4.1.3. XLVI Sessão Plenária 20
4.1.4. XLVII Reunião Plenária 21
4.2. Reuniões do Conselho Coordenador 22
4.4. Grupos de Trabalho 23
4.4.1. Grupo de Trabalho Permanente para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 23
4.4.2. Grupo de trabalho *ad hoc* para Revisão do Regimento da CNDHC e do Conselho Coordenador e para a Revisão do Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos 23
4.4.3. Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do Relatório Paralelo sobre a implementação da Convenção dos Direitos da Criança 24
4.4.4. Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do Relatório Paralelo sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) 24
4.4.5. Grupo de Trabalho permanente para o seguimento da implementação das Recomendações dos Órgãos de Tratados a Cabo Verde 25
4.4.6. Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do Relatório Paralelo da implementação da CEDAW 25
4.4.7. Grupo de Trabalho Permanente das Denúncias 25
4.4.8. Grupo de Trabalho Permanente do Observatório Direitos Humanos 26
5. Atividades desenvolvidas 28
5.1. Formações 28
5.1.1. Formação em Educação para os Direitos Humanos 28
5.1.2. Formação em Líder Coach 29
5.1.3. Formação/ Workshop em Fotografia 29
5.1.4. Formação sobre atendimento e tratamento de denúncias 30
5.2. Seguimento da implementação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (IIPNADHC) 31
5.3. Campanha Nacional de Promoção dos Direitos Humanos – 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 34
5.3.1. Atos Centrais de Lançamento Oficial da Campanha 35
5.3.2. Sessões Comunitárias e nas Escolas Secundárias 36

5.3.3. Encerramento da Campanha e Comemoração do 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos 39

5.4. Atribuição do Prémio Nacional Direitos Humanos 40

5.5. Designação da CNDHC como Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura em Cabo Verde (MNP) 42

5.6. Formação para instituições públicas sobre planeamento numa abordagem baseada nos Direitos Humanos 44

5.7. Realização de Atividades pelos Pontos Focais da CNDHC – Boa Vista 45

5.8. Denúncias: Atendimento, tratamento e seguimento 46

5.9. Elaboração e envio de Recomendações ao Governo 54

6. Missões Internacionais 57

6.1. Participação em formação regional sobre "Gestão de Recursos de Segurança em África" 57

6.2. Reunião com o Subcomité dos Direitos das Crianças da ONU 57

6.3. Participação na Sessão de Avaliação de Cabo Verde pelo Comité da ONU 58

6.4. Reunião com o Responsável do Subcomité para a Prevenção da Tortura das Nações Unidas 59

6.5. Consulta regional de Instituições Nacionais de Direitos Humanos da África Ocidental 60

6.6. Participação no terceiro Fórum de Políticas da CUA-RINADH sobre o Estado das Instituições Nacionais de Direitos Humanos Africanas 60

6.7 Participação no Atelier Sub-regional "Desafios em matéria de segurança na luta contra o terrorismo e a proteção dos Direitos Humanos no espaço CEDEAO" 62

6.8. Participação em Conferência sobre os Direitos das Pessoas Albinas . 62

6.9. Participação no *Atelier* de reforço das capacidades das Instituições de Direitos Humanos 63

7.Cooperação e Parcerias 68

7.1. Estagiários da União Europeia visitam a CNDHC 68

7.2. Seminário sobre Direito Internacional Humanitário 68

7.3. Entrega do Cidadão Pikinoti em Vídeo à Direção Nacional da Educação 69

7.4. Ministração de Módulo sobre Direitos Humanos e Cidadania na Formação de Novos Agentes da Polícia Nacional 70

7.5. Assinatura de Protocolo entre a CNDHC e o Ministério da Educação .. 71

7.6 Seminário Internacional sobre a implementação das Convenções Internacionais em Direitos Humanos 72

7.7. Lançamento do Cidadão Pikinoti com Língua Gestual 73

7.8. Comemoração do Dia Internacional de Consciencialização da Violência contra a Pessoa idosa 74

7.9. Lançamento do Manual de avaliação e Intervenção com condenados por Crimes Sexuais 75

7.10. Socialização do *draft* do II Relatório Nacional de Direitos Humanos 76

7.11. Realização de Atelier de Formação e Sensibilização sobre "Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos" 77

7.12. Auscultação da CNDHC pela União Europeia aquando do Relatório Anual de Direitos Humanos daquele organismo 78

8. Outras Atividades 82

8.1. Realização de Seminário temático interno sobre o Plano de Comunicação da CNDHC 2019 82
8.2. Realização de Seminário temático interno sobre o Trello 83
8.3. Participação em Seminário sobre Discriminação Racial 83
8.4. Lançamento da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 84
8.5. Realização de Conversa sobre direitos humanos com beneficiários do projeto Anjos da Noite 86
8.6. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e CNDHC exploram possibilidades de colaboração 86
8.7. Reunião com o Presidente do Conselho Superior de Magistratura Judicial 87
8.8. Encontro com Alto Representante da Aliança Global 88
8.9. Reunião com Especialista da UNICEF 89
8.10. Participação em Workshop para assinalar Dia Mundial da Liberdade de Imprensa 90
8.11. Participação na Semana Nacional da Cidadania 91
8.12. Apresentação de comunicação sobre "Inclusão de Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos" 92
8.13. Apresentação de palestra sobre "Direitos Humanos e Justiça Climática" 93
8.14. Participação em marcha pró-direitos LGBTI 94
8.15. Socialização de Recomendações do Comité das Nações Unidas a Cabo Verde 95
8.16. Receção de Delegação de Deputados Moçambicanos 95
8.17. Encontro da CNDHC com a Comissão Interministerial para elaboração de relatórios 96
8.18. CNDHC recebe o Subcomité das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura (SPT) 97
8.19. Receção de Delegação da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Guiné Bissau 98
8.20. Reunião com o Diretor Geral dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social 99
9.CNDHC nos Media e Redes Sociais 101
10.Execução orçamental 104
10.1. Orçamento 104
10.2. Execução Financeira: Exercício de 2019 104
11. Plano de Atividades da CNDHC 2019 113
12.Contactos CNDHC 113
Contactos gerais 114

Mensagem da Presidente

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania tem-se consolidado enquanto instituição de promoção e proteção dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde.

2019 foi um ano intenso em que se procurou reforçar as suas competências e melhorar a sua atuação de acordo com as suas atribuições, contando com a colaboração dos Comissários, através dos grupos de trabalho.

No que se refere à promoção, destaque-se campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que contribuiu para um maior conhecimento sobre a história, artigos e princípios do documento.

A nível da proteção, a clarificação dos procedimentos de receção, tratamento e seguimento das denúncias assim como o envio de recomendações ao Governo foram decisivos para a melhoria nessa área.

A designação da CNDHC enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura constituiu um momento marcante, assim como a comemoração do primeiro Dia Nacional dos Direitos Humanos.

A nível internacional, além das missões realizadas, a elaboração e submissão de relatórios aos Comités das Nações Unidas foram momentos de consolidação da credibilidade da instituição.

Ainda assim, e considerando que os direitos humanos são uma construção, a CNDHC mantém-se firme no seu propósito de promover e proteger os direitos de todos, sem distinção, tornando-se numa instituição cada vez mais forte e contribuindo para a melhoria da sociedade cabo-verdiana. Esta, é igualmente é chamada a se tornar agente de direitos humanos quer pelo conhecimento, como pela prática dos valores consagrados nos principais instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos.

Zaida Morais de Freitas
Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania

Apresentação da CNDHC

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania - CNDHC foi instituída em 2004 pelo Decreto-Lei n.º 38/2004 e procede o extinto Comité Nacional de Direitos Humanos –CNDH (Decreto-Lei n.º 19/2001). A CNDHC tem por incumbência a proteção, promoção e reforço dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde.

Dotada de autonomia e independência face aos poderes públicos e interesses privados, funciona como órgão consultivo e de monitoramento das políticas públicas nos domínios da sua competência, com atribuições que incluem aspetos como: promoção e educação, participação na definição e execução de políticas públicas, formulação de recomendações respeitantes à legislação nacional e às políticas públicas, elaboração e submissão ao Governo de anteprojetos de lei, consultoria ao Governo, investigação de situações atentatórias aos Direitos Humanos e conexão entre o Direito Internacional e as normas internas.

A CNDHC é composta por representantes de diversas organizações governamentais e não-governamentais, que se reúnem ordinariamente a cada três meses, e extraordinariamente sempre que necessário. Além disso, tem Pontos Focais em todos os concelhos, que funcionam como intermediários entre a CNDHC e as comunidades.

Ao longo dos 16 anos de existência, a CNDHC tem contribuído para o reforço dos valores dos Direitos Humanos e Cidadania, através de vários projetos e ações, entre os quais se destacam: o atendimento, tratamento e seguimento de denúncias de violações dos Direitos Humanos, a realização de palestras em várias localidades e estabelecimentos de ensino, as formações para grupos específicos (Pontos Focais da CNDHC, agentes prisionais, Polícia Nacional, jornalistas, familiares de pessoas surdas, jovens ativistas de direitos humanos), a elaboração do I e do II Relatório Nacional de Direitos Humanos, a instituição do Prémio Nacional Direitos Humanos, a abertura de uma linha editorial, a elaboração de Relatórios Paralelos a serem submetidos aos órgãos de tratados internacionais e regionais, entre outros.

INTRODUÇÃO

1. Introdução

O Estatuto da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania - CNDHC (Decreto Lei nº 38/2004, artigo 8º) enuncia que "o Relatório Anual de Atividades da CNDHC é submetido ao Governo através do titular da pasta da Justiça".

Com o intuito de cumprir esta premissa, elaborou-se o presente documento contendo as principais atividades realizadas pela CNDHC durante o ano de 2019.

De entre as várias atividades desenvolvidas em 2019, destacamos as atividades de promoção dos direitos humanos realizadas no âmbito da Campanha dos 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o seu encerramento que culminou com as comemorações do Dia Internacional dos Direitos Humanos na ilha do Sal.

Referenciamos que, em 2019, pela primeira vez em Cabo Verde, comemorou-se o 25 de setembro - Dia Nacional dos Direitos Humanos, numa parceria entre a CNDHC e o Ministério da Justiça e Trabalho.

De destacar ainda a nomeação da CNDHC como Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura - MNP, ao abrigo da Resolução nº 98/2018 de 24 de setembro de 2018.

Destaque-se ainda a forte aposta que a CNDHC fez em matéria de proteção dos direitos humanos, através da melhoria do serviço de atendimento, tratamento e seguimento das denúncias de alegadas violações de direitos humanos e recomendações feitas ao Governo de Cabo Verde.

2. Plano de Atividades

O Plano de Atividades da CNDHC para o ano 2019 foi preparado tendo em atenção as áreas de atuação, previstas no Estatuto da instituição.

Para a sua efetivação, a CNDHC contou com o financiamento do Orçamento Geral do Estado - OGE; do Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, através do *Programa Coordenação e Seguimento da Implementação das Convenções Internacionais, Projeto Seguimento e Implementação das Convenções Internacionais* e o financiamento da União Europeia, no âmbito do projeto "Promover os direitos humanos e laborais através do SPG+", entre outras parcerias.

2.1. Áreas de Atuação

- Educação e Promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Direito Internacional Humanitário;

- Participação nas políticas públicas do Governo e atribuições em matéria consultiva;

- Atribuições em matéria investigativa;

- Atividades internas de reforço das capacidades.

2.2. Enquadramento e Objetivos do Plano

O Plano de Atividades da CNDHC para o ano 2019 contém as atividades que a instituição se propôs a realizar durante o referido ano. Esforços foram feitos no sentido de se concretizar, na íntegra, todas as atividades, incluindo outras do ano 2018 bem como algumas que não estavam previstas, mas que fazem parte da área de atuação da instituição.

2.3. Objetivos Específicos

- Reforçar e realizar parcerias com organismos do poder central e local e Organizações da Sociedade Civil, visando a efetivação de ações conducentes à promoção dos Direitos Humanos e densificação da Cidadania;

- Trabalhar a educação para os Direitos Humanos e a Cidadania nas escolas, comunidades e instituições;

- Interagir de forma sistemática e articulada com os Pontos Focais da CNDHC para os Municípios, de modo a promover o trabalho em rede;

- Desenvolver e implementar projetos voltados para os grupos vulneráveis;

- Sensibilizar o Governo para a apresentação de Relatórios em matéria de direitos humanos e implementação das

recomendações recebidas dos órgãos de tratados das Nações Unidas, bem como os regionais;

- Reforçar a capacidade técnica da CNDHC com vista a aumentar e melhorar as respostas no quadro das suas atribuições;

- Seguir e promover a implementação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania – II PNADHC;

- Promover a Aprovação do novo Estatuto da CNDHC;

- Desenvolver atividades enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura – MNP;

- Promover o reforço da articulação entre a CNDHC e as Instituições Internacionais e Regionais de Direitos Humanos.

Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Composição da CNDHC

Em 2019, a CNDHC foi composta, para além da Presidente, por um total de 28 Comissários que estariam a cumprir o mandato de 3 anos e que terminaria neste mesmo ano, conforme abaixo listado:

1. Dulcelina Sanches Rocha – Representante do Ministério Público (MP);
2. Alfredo Moreno – Representante da Igreja do Nazareno;
3. Elísia Almeida da Veiga – Representante da Igreja Católica;
4. Joanilda Lúcia Silva Alves – Representante do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV);
5. Mário Gomes Fernandes - Representante do Movimento para a Democracia (MPD);
6. Dirce Lena da Silva Melo – Representante da área da Educação;
7. Benvindo Oliveira – Representante da área da Justiça;
8. Maria de Fátima Pires Lima – Representante da área da Saúde;
9. Pedro Graciano Carvalho – Representante da área dos Negócios Estrangeiros;
10. Nathalie Monteiro – Representante da área da Solidariedade Social;
11. Silvino Mário Vaz Semedo – Representante da área da Defesa;
12. Tito Cardoso – Representante da Polícia Nacional;
13. Gisela Coelho – Representante da área da Comunicação Social (AJOC);
14. Dulce Nair Teixeira – Representante do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA);
15. Kátia Marques – Representante do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);
16. Carlos Fernandinho Teixeira – Representante da Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (ANMCV);
17. Dulce Tavares Silva – Representante da Ordem dos Advogados de Cabo Verde;
18. Eloisa Maria Évora Borges – Representante da Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV);
19. Joaquina Almeida – Representante da União Nacional dos Trabalhadores Cabo-verdianos - Central Sindical (UNTC-CS);

20. Eurico Borja – Representante da Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres - Central Sindical (CCSL-CS);

21. Josefina Chantre – Representante da Associação das Mulheres da África Ocidental (RAMAO);

22. Alberto Afonso – Representante da Federação Cabo-verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD);

23. Edelfride Barbosa Almeida – Representante da Associação Cabo-Verdiana para a Proteção da Família (VERDEFAM);

24. José Ramos Viana – Representante da Plataforma das Comunidades Africanas Residentes em Cabo Verde (PCARCV);

25. Sandra Helena Fonseca dos Santos Neves – Representante da Associação para a Defesa do Consumidor (ADECO);

26. Dionísio Simões Pereira – Representante da Fundação das Aldeias Infantis SOS de Cabo Verde;

27. Eurídice Furtado Monteiro – Cidadã designada pelo Governo;

28. Marília Maísa Salazar Antunes da Silva – Cidadã designada pelo Governo.

3.2. Conselho Coordenador

No mandato 2016-2019, o Conselho Coordenador, eleito por ocasião da 36ª reunião plenária, datada de 07 de dezembro de 2016, é composto pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e pelas Comissárias Gisela Coelho (representante das ONG's e Associações nacionais) e Eurídice Monteiro (representante dos departamentos governamentais).

Recorde-se que o Conselho Coordenador tem como missão "funcionar como órgão executivo da CNDHC, nomeadamente através do planeamento das atividades e ações", conforme o artigo 1º do seu Regimento aprovado em abril de 2005. O regimento do órgão, assim como o Plano Anual de Atividades da CNDHC para 2019 previa a realização de reuniões mensais do Conselho Coordenador, sendo que se acabou por convocar os membros trimestralmente, visando a preparação da Ordem do Dia das Reuniões Plenárias.

3.3. Pessoal Permanente

O atual Estatuto da CNDHC prevê um quadro de pessoal permanente, composto por 9 pessoas. Contudo, face aos novos desafios e volume de trabalho, o atual quadro de pessoal é composto por 12 pessoas, conforme a tabela que se segue:

Tabela 1. Pessoal permanente da CNDHC

N.º	NOME	FUNÇÃO
1	Zaida Morais de Freitas	Presidente
2	Arlindo Sanches	Assessor Jurídico
3	Ilda Fortes	Assessora de Comunicação
4	Marísia Nascimento	Técnica Superior
5	Zoraida Fortes	Técnica Superior
6	Domingas Lopes	Administrativa Financeira
8	Thelma Tavares Pereira	Jurista
9	Ailton Mendes Silva	Jurista
10	Jani de Pina	Secretária
11	Anilton da Veiga	Condutor
12	Carla Galvão	Auxiliar

A CNDHC passou a contar a partir do mês de agosto de 2018, com uma Coordenadora para o seguimento da implementação do II PNADHC, Carla Lima Semedo, contratada através de uma parceria com as Nações Unidas (PNUD).

3.4. Acolhimento de estagiários

No ano de 2019, a CNDHC recebeu os estagiários Leidmirna Gonçalves, Licenciada em Sociologia, pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, que desenvolveu, no âmbito do Programa de Estágios do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, estágio profissional desde o mês de fevereiro, sob a coordenação da Técnica Marísia Delgado Nascimento.

Enquadrado no mesmo programa, a CNDHC recebeu Withney Graça, Licenciada em Gestão de Empresas, pela Universidade de Cabo Verde, desde o mês de julho, que, sob a tutela da Técnica Domingas Lopes, realizou estágio profissional.

FUNCIONAMENTO

4. Funcionamento da CNDHC

A CNDHC funciona em formato de reuniões do Conselho Coordenador, e reuniões Plenárias dos Comissários, onde são aprovados os documentos orientadores da ação da instituição e são constituídos Grupos de Trabalho para fins diversos.

O pessoal permanente da CNDHC é encarregue de desenvolver atividades de atendimento e seguimento de casos de denúncias de violação dos direitos humanos e de realizar ações de promoção através de palestras em todos os concelhos do país, em todos os níveis de ensino e com setores e comunidades.

Por outro lado, tem trabalhado com parceiros, com a sociedade civil e a comunidade de forma geral, dentro das áreas de atuação da instituição.

A nível geral, a CNDHC tem conseguido responder de forma positiva à maioria das solicitações no que se refere aos casos de violação dos direitos humanos bem como às atividades previstas no seu Plano Anual de Atividades.

4.1. Reuniões Plenárias

Em 2019, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) realizou quatro sessões plenárias ordinárias.

4.1.1. XLIV Reunião Plenária

No dia 30 de janeiro, foi realizada a 44ª reunião plenária, com o objetivo de preparar o plano de atividades para 2019.

A reunião iniciou com a tomada de posse de dois novos Comissários: Gisela Coelho, em representação da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC); e Alberto Afonso, em representação da Federação Cabo-verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD).

A criação de um Grupo de Trabalho Permanente Saúde e Proteção Social foi um dos pontos da ordem do dia, sendo esta uma área em que a instituição pretende apostar no novo ano.

Durante a reunião, foi ainda feita a avaliação das atividades realizadas pela CNDHC em 2018 e a apresentação das propostas de atividades para 2019.

Da ordem do dia constou ainda a análise e revisão do Regulamento do Prémio Nacional Direitos Humanos e a socialização do Dia Nacional dos Direitos Humanos, aprovado em Conselho de Ministros por proposta da CNDHC.

4.1.2. XLV Reunião Plenária

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania reuniu-se no dia 13 de maio de 2019 na sua sede para a sua 45ª Reunião Plenária.

A reunião iniciou com a aprovação do Relatório de Atividades da CNDHC de 2018 e do Plano de Atividades da instituição para o ano de 2019.

Seguiu-se a socialização do Relatório Sombra da CNDHC sobre a implementação da Convenção dos Direitos da Criança em Cabo Verde, submetido ao Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas no dia 15 de abril de 2019.

Da ordem do dia constou ainda a recolha de subsídios para o II Relatório Nacional de Direitos Humanos; a avaliação do Grupo de Trabalho das Denúncias e apresentação de uma proposta de Procedimento de receção, análise e tratamento das queixas de violação de Direitos Humanos; e a análise e aprovação do novo Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos 2019.

A Plenária terminou com a socialização do Seminário Internacional sobre a implementação das Convenções Internacionais de Direitos Humanos, realizada na Cidade da Praia nos dias 20 e 21 de maio, e com a divulgação de outras informações.

4.1.3. XLVI Sessão Plenária

A CNDHC reuniu-se na sua sede na Cidade da Praia para a sua 46ª reunião Plenária no dia 29 de julho de 2019.

Um dos pontos da ordem do dia foi a apresentação do II Relatório Nacional de Direitos Humanos, que suscitou algumas reações, sendo que após concertação do coletivo ficou deliberado o envio de acréscimos e sugestões de alterações.

Ficou ainda deliberada a criação de um Grupo de Trabalho *ad hoc* para o seguimento da implementação das Recomendações dos Órgãos de Tratados a Cabo Verde, ficando o grupo constituído pelos Comissários Dirce Lena Melo, Nathalie Monteiro e Sandra Neves com o apoio do Técnico da CNDHC, Ailton Silva.

4.1.4. XLVII Reunião Plenária

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania realizou, no dia 28 de outubro, a 47ª Reunião Plenária, a última do ano 2019, com a participação especial de organizações da sociedade civil. O objetivo foi auscultá-las sobre o planeamento das atividades da CNDHC para 2020 e sobre o papel que podem ter no seguimento e monitorização das recomendações feitas a Cabo Verde para a consolidação dos direitos humanos.

A sessão decorreu no Salão de Banquetes da Assembleia Nacional e contou com a participação de várias ONG's que foram auscultadas sobre a realização dos direitos humanos em Cabo Verde.

Neste ponto, pretendeu-se promover e valorizar a participação dessas entidades no seguimento e monitorização das recomendações que os órgãos de tratados das Nações Unidas endereçam ao Estado de Cabo Verde.

Num outro ponto da ordem do dia, as ONG's foram desafiadas a partilhar ideias, sugestões e contribuições para o Plano Anual de Atividades da CNDHC para o ano de 2020, tendo sido igualmente convidadas a participar na implementação das atividades.

Durante a reunião, foi ainda discutida a possibilidade de se estabelecer parcerias entre a CNDHC e as organizações da sociedade civil nos diferentes concelhos.

A Plenária terminou com a apresentação de informações sobre atividades realizadas pela CNDHC nos últimos meses e ações em execução.

4.2. Reuniões do Conselho Coordenador

Embora o Regulamento do Conselho Coordenador em vigor dite a realização de reuniões mensais, este órgão tem realizado reuniões presenciais a cada trimestre, visando a preparação da agenda das reuniões plenárias.

4.3. Reuniões Internas

Mensalmente, a Presidente se reúne com o *staff* permanente da CNDHC, para juntos analisarem o andamento da execução das tarefas delineadas

no Plano de Atividades e definirem novas medidas e possíveis ajustes ao documento.

4.4. Grupos de Trabalho

Em 2019, a CNDHC funcionou em regime de Grupos de Trabalho, conforme estabelecido em duas modalidades: permanente e *ad hoc*. Os últimos foram responsáveis pelo tratamento de determinadas questões durante um período de tempo, sendo que após o cumprimento do propósito, foram dissolvidos. Os grupos são constituídos por Comissários e apoiados por elementos do *staff* permanente da CNDHC.

4.4.1. Grupo de Trabalho Permanente para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

Conforme deliberação da 40ª Reunião Plenária, que aconteceu no dia 24 de janeiro de 2018, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente para tratar as questões referentes aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, constituído pelos Comissários António Pedro Silva, Eveline Nair Tavares e Joanilda Alves. O Comissário Dionísio Pereira e a Comissária Josefina Chantre se prontificaram a colaborar com o grupo sempre que se fizer pertinente. O grupo não funcionou no ano de 2019.

4.4.2. Grupo de trabalho *ad hoc* para Revisão do Regimento da CNDHC e do Conselho Coordenador e para a Revisão do Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos

O grupo foi constituído pelos Comissários Benvindo Oliveira, Dulce Silva, Elísia Veiga, Gisela Sousa, e os seguintes elementos do *staff* permanente: a Presidente Zaida Morais de Freitas, as Técnicas Ilda Fortes, Thelma Pereira e Zoraida Fortes e a estagiária Ana Miguel Regedor. Foram realizados dois encontros de trabalho nos dias 9 de abril e 9 de maio, visando a revisão do Regulamento do Prémio Nacional Direitos Humanos 2019, sendo que o documento foi concluído com sucesso.

4.4.3. Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do Relatório Paralelo sobre a implementação da Convenção dos Direitos da Criança

Mediante deliberação da 44ª Reunião Plenária, realizada no dia 30 de janeiro de 2019, foi criado o Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do Relatório Paralelo sobre a Convenção dos Direitos da Criança, a ser enviado ao Comité das Nações Unidas.

O grupo, constituído pelos Comissários Nathalie Monteiro, Dulce Nair Teixeira, Dirce Lena Melo e Dionísio Pereira reuniu-se por duas vezes. O grupo contou com o apoio da Técnica Marísia Delgado Nascimento e da estagiária Ana Miguel Regedor.

O coletivo trabalhou com recurso ao e-mail e contou com a colaboração e apoio jurídico da Técnica da CNDHC Thelma Pereira e entidades como a Direção Geral da Imigração e a Associação de Crianças Desfavorecidas (ACRIDES).

O Relatório Paralelo foi concluído com sucesso e foi submetido ao Comité dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas no dia 15 de abril.

4.4.4. Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do Relatório Paralelo sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP)

Na sequência da realização da 46ª Reunião Plenária, datada de 29 de julho de 2019, foi constituído o Grupo de Trabalho *ad hoc* responsável pela elaboração do Relatório Paralelo da CNDHC sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP).

O grupo, que ficou constituído pelo Comissário Silvino Semedo e pelo Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches, contou com o apoio dos Comissários Pedro Graciano, Dulcelina Rocha e Dulce Silva, que ficaram incumbidos de fornecer dados precisos dos seus setores. Os trabalhos culminaram com a submissão do Relatório Paralelo ao Comité dos Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas.

4.4.5. Grupo de Trabalho permanente para o seguimento da implementação das Recomendações dos Órgãos de Tratados a Cabo Verde

Ficou assente na 46ª Reunião Plenária, datada de 29 de julho de 2019, a criação do grupo constituído pelos Comissários Dirce Lena Melo, Nathalie Monteiro e Sandra Neves, com o apoio do Técnico da CNDHC, Ailton Silva. O grupo se reuniu por duas vezes, tendo optado por trabalhar fazendo uso dos *emails*, sendo que foi traçado um Plano de Trabalho.

4.4.6. Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do Relatório Paralelo da implementação da CEDAW

Em 2019 foi criado o Grupo de Trabalho *ad hoc*, com a missão de elaborar o Relatório Paralelo da CNDHC sobre a implementação em Cabo Verde da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

Constituído pelas Comissárias Eloisa Borges, Joanilda Alves e pela Técnica da CNDHC Thelma Pereira, o grupo realizou 4 reuniões presenciais nos dias 4 de abril, 6 de maio, 24 e 29 de maio, incluindo com setores-chave, nomeadamente a Associação Cabo-verdiana de Luta Contra a Violência Baseada no Género (ACLCVBG) e a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV).

O relatório elaborado pelo grupo foi submetido ao Comité CEDAW no dia 10 de junho.

4.4.7. Grupo de Trabalho Permanente das Denúncias

O Grupo de Trabalho das Denúncias, criado na 37ª Reunião Plenária, é constituído pelos Comissários Dulce Silva e Dulcelina Rocha, com o apoio dos Técnicos Ailton Silva, Marísia Delgado Nascimento, Thelma Pereira e Zoraida Fortes.

Em 2019 o grupo reuniu-se pela primeira vez no dia 5 de abril, com o objetivo de analisar a proposta de procedimentos para receção e tratamento de denúncias, a possibilidade de requisitar mais Comissários para integrar o grupo, entre outras temáticas. A segunda e última reunião aconteceu no dia 17 de maio e serviu para tratar alguns casos identificados na comunicação social. Ao longo do ano, o grupo funcionou

também com recurso à troca de *emails* que possibilitaram o tratamento e seguimento das denúncias.

4.4.8. Grupo de Trabalho Permanente do Observatório Direitos Humanos

O Grupo de Trabalho Permanente do Observatório dos Direitos Humanos, constituído pelos Comissários Dionísio Pereira (Coordenador), Dirce Lena Melo (Coordenadora Substituta) e José Viana (vogal), não se reuniu no ano de 2019.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

5. Atividades desenvolvidas

5.1. Formações

5.1.1. Formação em Educação para os Direitos Humanos

Nos dias 23 e 24 de janeiro de 2019 a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) realizou, em parceria com a Amnistia Internacional de Portugal, uma formação em Educação para os Direitos Humanos dirigida ao *staff* e a algumas entidades parceiras, nomeadamente o Movimento Jovens pela Paz, a Rede Laço Branco Cabo Verde e a Fundação Donana.

A formação, que foi ministrada por uma especialista em Educação para os Direitos Humanos da Amnistia Internacional, organismo que atua em vários países na promoção e defesa dos princípios dos Direitos Humanos, teve como objetivo reforçar as competências do *staff* da CNDHC e os parceiros convidados em técnicas, estratégias e metodologias de Educação para os Direitos Humanos.

A ação contou com o financiamento da União Europeia, no âmbito do Projeto "Promover dos Direitos Humanos e Laborais através do Programa GSP+".

5.1.2. Formação em Líder Coach

Com o objetivo de reforçar a participação da equipa e melhorar o desempenho, o *staff* permanente da CNDHC participou numa formação em Líder *Coach* que decorreu nas instalações da instituição, de 4 a 7 de fevereiro.

O curso, que foi ministrado pelos responsáveis Técnicos da Sociedade Cabo-verdiana de Coaching, Luísa Martins e Júlio Martins, incidiu sobre diferentes temáticas como: Coaching - Conceito e Fundamentos; Habilidades Sociais e Endomarketing; Líder Coach e Inteligência Emocional; Gestão de Equipas e Gestão de Conflitos; Formulação de Objetivos, Crenças e Valores; e Programação Neurolinguística e Assertividade.

Ficou evidente, no final da formação, o cumprimento dos objetivos propostos: o reforço e união da equipa e a confiança e disposição em colaborar para a melhoria do trabalho da CNDHC.

5.1.3. Formação/ Workshop em Fotografia

No âmbito do reforço das capacidades técnicas da CNDHC, aconteceu na sede da instituição, um *workshop* de iniciação a fotografia ministrada pelo fotógrafo Eneias Rodrigues. A ação foi dirigida a todo o staff da Comissão e visou dotar-a equipa de conhecimentos básicos em matéria de imagem e fotografia.

A formação decorreu de 18 a 22 de fevereiro de 2019, onde foram abordados vários temas como: as principais componentes de uma fotografia, a composição/ enquadramento, aspetos ligados aos direitos de imagem e proteção de pessoas fotografadas em determinados contextos, a iluminação, entre outros aspetos relacionados.

5.1.4. Formação sobre atendimento e tratamento de denúncias

No âmbito de uma parceria institucional com a Provedoria da Justiça de Portugal, a CNDHC realizou de 16 a 18 de setembro uma formação sobre atendimento e tratamento de denúncias.

A formação, que decorreu nas instalações da CNDHC na cidade da Praia, foi ministrada por Cristina Sá Costa e Miguel Feldmann, Assessores do Provedor de Justiça de Portugal e contou com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde.

A referida formação visou, sobretudo, dotar os técnicos da CNDHC e os integrantes do Mecanismo Nacional da Prevenção da Tortura (MNP), empossados em julho de 2019, de técnicas e métodos de recebimento, tratamento, seguimento das denúncias de violações dos direitos humanos, elaboração de recomendações e outras tomadas de decisão.

5.2. Seguimento da implementação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (IIPNADHC)

Enquadramento

Com o intuito de responder aos desafios emergentes em matéria de Direitos Humanos no país, o Governo de Cabo Verde, através da Resolução n.º 127/2017 de 17 de novembro, aprovou, mediante proposta da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), o II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (II PNADHC), representando assim um grande passo e um compromisso em torno da consolidação dos Direitos Humanos no país.

A CNDHC, no âmbito do seu mandato de proteção e promoção dos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Cidadania em Cabo Verde, tem como atribuição fazer o seguimento da implementação do II PNADHC.

Os objetivos e as ações definidas neste documento têm na sua base de conceção princípios de transversalidade e inter-ministerialidade, regendo-se por uma abordagem integrada e holística, pois resulta de uma articulação de contributos provenientes da sociedade civil e dos poderes públicos.

Assim sendo, a sua implementação não poderia ser diferente. É essencial a participação ativa dos vários setores responsáveis em torno da concretização de cada uma das 186 ações concertadas e aprovadas. Neste sentido, o documento define, muito concretamente, num espaço temporal de aplicação (2017-2022), os resultados esperados, os

responsáveis pela sua implementação bem como as instituições parceiras.

Método

Atualmente, está em curso a elaboração de um primeiro relatório de implementação com as informações recolhidas, junto dos vários sectores/instituições, sobre as ações levadas a cabo no período abrangido entre novembro de 2017 (momento da aprovação do documento) até ao presente momento (período de execução).

A recolha destes dados tem sido feita através da solicitação direta de informações (fontes primárias) disponibilizadas pelas próprias entidades responsáveis pela execução e complementadas por fontes secundárias, através de materiais disponibilizados na internet e nos órgãos da comunicação social, a participação em socializações de estudos, planos e políticas aprovados pelo Governo e pelas Organizações da Sociedade Civil e, igualmente, através da análise de diferentes relatórios de atividades anuais de instituições com responsabilidades definidas neste plano de ação.

Nesse sentido, para uma melhor sistematização e facilitação da recolha de *contributos,* a CNDHC, no âmbito da sua competência de seguimento da implementação do II PNADHC, fez um trabalho prévio de filtragem, num total de 186 ações, das medidas concernentes a cada uma das instituições, disponibilizando, nestes documentos, campos específicos para preenchimento por parte das entidades contactadas.

Como estratégia de seguimento foram promovidos encontros, primeiramente com os setores com maior impacto a nível de implementação do plano (setores-chave no desenvolvimento do país ou com um número maior de ações a serem concretizadas), nomeadamente, o Ministério da Família e Inclusão Social, o Ministério da Saúde e da Segurança Social, o Ministério da Defesa/Forças Armadas, o Ministério da Educação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Procuradoria-Geral da República, a Direção Nacional de Planeamento, a Comissão Nacional de Eleições, etc. Gradualmente, vão sendo realizados mais encontros com entidades ainda não contactadas ou que foram contactadas, mas que ainda se aguarda o respetivo feedback.

Objetivos

Com o agendamento/calendarização de encontros diretos com os sectores pretende-se, assim, atingir os seguintes objetivos:

- A apresentação das diretrizes gerais do plano de ação;
- A auscultação relativamente ao posicionamento das entidades face à necessidade de implementação das ações programadas dentro do período de 2017-2022;
- A discussão da necessidade de orçamentação e inclusão das ações do II PNADHC nos planos de atividades das instituições responsáveis;
- O diagnóstico do nível de implementação e definição das estratégias que melhor se aplicam à implementação dos objetivos definidos.

Principais constrangimentos

Como principais constrangimentos pode-se apontar:

- Dificuldades no agendamento dos encontros com entidades responsáveis;
- Algum desconhecimento da aprovação, por parte do Governo, das medidas do plano pelos seus próprios executantes;
- Tempo de espera para o envio dos dados solicitados, mesmo estando o processo facilitado com a sistematização da recolha das informações necessárias (filtragem das ações por instituição visada);
- Fraca disponibilização de informações ou informações pouco detalhadas para a feitura do relatório de implementação;
- Necessidade da indicação de pontos focais em cada instituição, com conhecimentos abrangentes das atividades realizadas e disponibilidade para a recolha dos dados solicitados para a análise do nível de execução das ações.

Considerações finais

As diretrizes e metas do II PNADHC são complementares com outros importantes documentos estratégicos nacionais, nomeadamente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável e Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos, como as Convenções e pactos internacionais, as Recomendações feitas a Cabo Verde no âmbito da

última Revisão Periódica Universal e pelos Comités e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes, dimensões que estão em perfeita sintonia com as várias metas definidas ao longo do II PNADHC.

Essa complementaridade estratégica do II PNADHC, a nível nacional e internacional, reforça a necessidade e a importância da apropriação do mesmo, transversalmente, no quadro das instituições responsáveis pela sua execução.

Este plano de ação apresenta, sem dúvida, metas ambiciosas, contudo, profundamente transformadoras e impactantes no panorama da proteção e realização dos direitos humanos e da cidadania em Cabo Verde, caso se alcance o nível de implementação desejável, através da adesão e colaboração de todos os agentes envolvidos na sua prossecução.

II PNADHC - encontros com alguns setores

5.3. Campanha Nacional de Promoção dos Direitos Humanos – 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

A CNDHC, a União Europeia (UE) e o Sistema das Nações Unidas (ONU) em Cabo Verde lançaram em 2018 uma campanha nacional de promoção dos Direitos Humanos, no âmbito da celebração dos "70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos".

A Campanha, cujo tempo de execução foram dois anos, teve como principal objetivo promover o conhecimento e o debate sobre a história,

princípios e artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também estimular a população cabo-verdiana a interiorizar esses princípios no quotidiano e a reconhecer a responsabilidade de todos na promoção e defesa dos Direitos Humanos, com vista ao desenvolvimento, organização, coesão e estabilidade social em Cabo Verde.

5.3.1. Atos Centrais de Lançamento Oficial da Campanha

Uma das atividades do projeto foi a realização de atos centrais de apresentação da campanha. À semelhança de 2018, esta atividade foi realizada em estreita colaboração com os Pontos Focais da CNDHC nas Câmaras Municipais e acontecem nos Salões Nobres dos Paços do Concelho e contam com a presença da Presidente da CNDHC e da Câmara Municipal na mesa de abertura.

Durante os eventos, que tinham como público-alvo representantes de várias entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil e a população local, foi apresentado o material de Informação, Educação e Comunicação (IEC) da campanha, nomeadamente: *roll up*, camisolas, cartazes, folhetos e *spots* (financiados pelo projeto SGP +), o videoclip da música oficial da campanha "Nos tud tem direito" e a atuação ao vivo do autor da música Hilário Silva e uma edição especial dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (financiados pelas Nações Unidas).

Além disso, a CNDHC fazia uma apresentação sobre os ganhos e desafios em matéria de Direitos Humanos no país e os presentes foram desafiados a fazer uma análise sobre a situação dos Direitos Humanos na sua ilha e Concelho de residência.

Segue resumo das atividades centrais realizadas em 2019:

Tabela 2. Sessões oficiais da Campanha 70 anos DUDH

CONCELHO	DATA	LOCAL
Santa Cruz	13/03/2019	Salão Nobre da Câmara Municipal
Santa Catarina do Fogo	22/07/2029	Salão Nobre da Câmara Municipal
Brava	25/07/2019	Salão Nobre da Câmara Municipal
Maio	15/10/2019	Salão Nobre da Câmara Municipal

5.3.2. Sessões Comunitárias e nas Escolas Secundárias

No âmbito das deslocações alusivas à Campanha 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CNDHC realizou sessões dirigidas a alunos do ensino secundário e a cidadãos de determinadas comunidades previamente identificadas com o apoio do Ponto Focal Municipal da CNDHC.

O objetivo foi transmitir as mensagens para públicos em número restrito e assim promover uma reflexão sobre o tema a nível local. As atividades foram dirigidas pela Presidente da CNDHC e pelos técnicos da CNDHC.

Durante as sessões, foram apresentados os objetivos e mensagens principais e, a partir da apresentação dos vídeos e distribuição dos folhetos, camisolas e exemplares da DUDH, os participantes foram desafiados a analisar se os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos têm sido respeitados e a refletir sobre o papel de cada um na promoção e defesa desses direitos.

No ano de 2019, foram realizadas as seguintes atividades:

Tabela 3. Sessões comunitárias da Campanha 70 anos da DUDH

CONCELHO	DATA	LOCAL
Santa Cruz, Santiago	13/03/2019	Centro Comunitário de Achada Fazenda
	14/03/2019	Centro Comunitário de Achada Fazenda
Praia	10/04/2019	Associação Comunitária Amigos de Safende, Safende
	25/07/2019	Delegação da Câmara Municipal da Praia, Vila Nova
	30/07/2019	Centro Terapêutico Granja São Filipe
	05/08/2019	Cadeia Central da Praia, São Martinho
São Salvador do Mundo, Santiago	17/06/2019	Purgueira
Santa Catarina, Fogo	22/07/2019	Cova Figueira
Mosteiros, Fogo	23/07/2019	Jardim Infantil de Achada Grande
Brava	25/07/2019	Lomba Tantum
São Lourenço Órgãos	08/10/2019	Centro Multimédia
Maio	16/10/2019	Clube Barreirense, Barreiro
	17/10/2019	Centro Comunitário, Calheta
Santa Catarina, Santiago	22/10/2019	Delegação Municipal de Ribeira da Barca
Maio	16/10/2019	Vila do Barreiro, Clube Barreirense
	17/10/2019	Vila de Calheta, Centro Comunitário
Ribeira Grande, Santiago	19/11/2019	Biblioteca Municipal Pedro Silva, São Martinho Grande
Tarrafal, Santiago	22/11/2019	Delegação Municipal, Achada Tenda
Sal	08/12/19	Chã de Matias, Associação Comunitária

Tabela 4. Sessões da Campanha 70 anos da DUDH nas escolas secundárias

CONCELHO	DATA	LOCAL
Santa Cruz	14/03/2019	Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva
Tarrafal, Santiago	13/06/2019	Escola Secundária do Tarrafal
Praia	25/06/2019	Escola Secundária Constantino Semedo, Achada S. Filipe
Santa Catarina, Santiago	22/10/2019	Escola Secundária Armando Napoleão Fernandes
Maio	15/10/2019	Escola Secundária Horace Silver,
Ribeira Grande, Santiago	19/11/2019	Escola Secundária do Salineiro
Sal	09/12/2019	Centro Educacional Manuel António Martins, Santa Maria
		Escola Básica e Secundária Olavo Moniz, Espargos

5.3.3. Encerramento da Campanha e Comemoração do 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos

A CNDHC encerrou a Campanha comemorativa dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) na ilha do Sal no dia 10 de Dezembro de 2019 – Dia Internacional dos Direitos Humanos, com uma marcha e uma atividade cultural.

As atividades contaram com as presenças do Presidente da Câmara Municipal do Sal, Júlio Lopes, da Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ana Patrícia Graça, e das representantes da Democracy Reporting International (DRI), Natalia Carrusca de Oliveira e Selma Kukuruzovic, que se deslocaram de Berlim – Alemanha para assistir ao evento.

A marcha contou com a participação massiva de associações e escolas da ilha e percorreu as localidades de Chã de Matias, Ribeira Funda e Preguiça, com fim no Cine ASA. Após a marcha, decorreu uma atividade cultural com a participação do artista Hilário Silva, autor da música oficial da campanha, intitulada "Nos tud tem direito", e os amigos Lizender Medina, Sílvia Medina e Sadia Youssouf.

A atividade marcou também o encerramento dos "16 dias de ativismo contra a Violência Baseada no Género" e, neste âmbito, realizou-se ainda uma Serenata pelas ruas da cidade de Espargos sob o lema "Morna e os Direitos Humanos".

5.4. Atribuição do Prémio Nacional Direitos Humanos

O Prémio Nacional "Direitos Humanos" é atribuído pela CNDHC a pessoas físicas ou jurídicas que tenham contribuído para a promoção e aprofundamento dos Direitos Humanos e da Cidadania em Cabo Verde, de 2 em 2 anos, sendo que em 2019 o concurso decorreu de 17 de maio a 15 de julho.

O Prémio consiste na concessão de uma obra de arte e símbolo do Prémio, uma peça única da autoria do artista plástico Leão Lopes, intitulada "Pomba Crioula", uma quantia em dinheiro e um diploma de qualificação, para cada categoria, nos termos do regulamento revisto em 2019.

O mesmo regulamento prevê a atribuição de menção honrosa a concorrentes não premiados.

O Prémio Nacional "Direitos Humanos" passou, a partir de 2019, a ser concedido nas seguintes categorias:

a) **"Ativista Social":** compreendendo pessoas que merecerem especial destaque por acções, conduta ou actividade na promoção ou defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania, a nível nacional ou local.

b) **"Artigo Científico":** compreendendo trabalhos sobre a realidade nacional que merecerem especial destaque pelo aprofundamento da reflexão em matéria de Direitos Humanos e da Cidadania;

c) **"ONGs":**compreendendo instituições regularmente estabelecidas no território nacional que merecerem especial destaque pelas acções ou

actividades desenvolvidas no domínio dos Direitos Humanos e da Cidadania, a nível nacional ou comunitário.

d) **"Reportagem da Comunicação Social":** compreendendo trabalhos jornalísticos publicados da imprensa online, imprensa escrita, rádiodifusão ou televisão, publicados em órgãos de comunicação social nacionais, regionais e comunitárias, e produzidos por jornalistas profissionais, que merecerem especial destaque pelo aprofundamento, reflexão e sensibilização no domínio dos Direitos Humanos e da Cidadania.

e) **"Escola Amiga dos Direitos Humanos":** compreendendo instituições de ensino que merecerem especial destaque pelas ações ou actividades desenvolvidas no domínio dos Direitos Humanos e da Cidadania

Em 2019, a entrega dos referidos prémios foi no dia em que, pela primeira vez em Cabo Verde, se comemorou o Dia Nacional dos Direitos Humanos, assinalado a 25 de setembro, por ocasião das comemorações preparadas pelo Governo de Cabo Verde, e em concertação com a CNDHC. Eis os vencedores, em cada categoria:

Tabela 5. Vencedores do Prémio Nacional Direitos Humanos 2019

CATEGORIA	VENCEDOR (A)
Escola Amiga dos Direitos Humanos	Escola Secundária Pedro Gomes
Reportagem da Comunicação Social	Keita Violante Sara Almeida e Lourdes Fortes – Menção Honrosa
Artigo Científico	Francisca Freyre Monteiro António Bapista e Joceline Marques – Menção Honrosa
ONG´s	Associação Colmeia City Habitat – Menção Honrosa
Ativista Social	Miriam Medina Isabel Moniz – Menção Honrosa

5.5. Designação da CNDHC como Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura em Cabo Verde (MNP)

O Estado de Cabo Verde ratificou a 4 de junho de 1992, a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, assumindo assim o compromisso de tomar todas as medidas necessárias para evitar que atos de tortura sejam cometidos no país.

A 1 de Abril de 2016, o país ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção, que estabelece um sistema de visitas regulares, efetuadas por organismos internacionais e nacionais independentes, aos locais onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, a fim de prevenir a tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. O Protocolo define ainda que o Estado deve designar um ou vários mecanismos nacionais de prevenção independentes para a prevenção da tortura a nível interno. Em Cabo Verde, a CNDHC foi a entidade designada pelo Estado.

Conforme recomendado no Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a CNDHC foi designada Mecanismo Nacional de Prevenção, através da Resolução nº 98 / 2018 de 24 de setembro.

Na sequência, conforme o despacho nº 287/2019 de 28 de Junho, a Estrutura de Apoio ao Mecanismo é composta pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; dois Técnicos da CNDHC - Arlindo Sanches e Zoraida Fortes; uma Comissária representante do Ministério Público, Dulcelina Rocha; uma Comissária representante da Ordem dos

Advogados de Cabo Verde, Dulce Silva; um Comissário Representante das Comunidades Estrangeiras Residentes em Cabo Verde, José Viana; e um médico especialista em saúde mental indicado pela Ordem dos Médicos de Cabo Verde, Daniel Silves Ferreira. Os membros foram empossados no dia 17 de Julho, pela Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis.

O Mecanismo tem como principal missão a prevenção da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em locais de privação de liberdade, incluindo estabelecimentos prisionais, esquadras policiais, estruturas de saúde, entre outras. As principais atribuições incluem a realização de visitas regulares, com ou sem aviso prévio e sem restrição, a qualquer local onde se encontrem ou se possam encontrar pessoas privadas de liberdade; a formulação de recomendações às autoridades competentes a fim de melhorar o tratamento e a situação das pessoas privadas de liberdade; a apresentação de propostas e pareceres a respeito de legislação em vigor ou em elaboração; a receção de queixas e comunicações sobre eventuais casos de tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a investigação das mesmas.

Os membros do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura reuniram-se no dia 25 de junho para preparar o plano de atividades para o ano de 2019. Durante a sessão de trabalho, foram partilhadas informações e discutiram-se alguns aspetos relacionados com os procedimentos e funcionamento da estrutura. Além disso, foi iniciada a definição do cronograma de atividades, visitas e relatórios que o Mecanismo pretendia realizar durante o ano de 2019.

5.6. Formação para instituições públicas sobre planeamento numa abordagem baseada nos Direitos Humanos

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), em parceria com o Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF de Cabo Verde, organizou nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, uma ação de "Capacitação das instituições públicas nacionais sobre planeamento e implementação de políticas numa abordagem baseada nos Direitos Humanos".

O ato de abertura foi presidido pelo Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, Olavo Correia, e contou com as intervenções da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e do Gestor Interino do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, Boubou Camara.

A formação, ministrada pela especialista internacional Maritza Formisano, teve como objetivo principal reforçar a capacidade institucional com vista a proceder ao planeamento e implementação de políticas públicas com uma "Abordagem baseada nos Direitos Humanos", contribuindo para o desenho de políticas públicas em função de diretrizes e objetivos estratégicos. Pretendeu-se ainda o aperfeiçoamento das práticas de gestão que garantam a inclusão do programa de direitos humanos na ação estadual; o reforço da relação entre desenvolvimento, direitos humanos e democracia; e a consciencialização dos agentes que participam no desenho das políticas públicas para a transversalidade e intersetorialidade dos direitos humanos.

5.7. Realização de Atividades pelos Pontos Focais da CNDHC – Boa Vista

José Pedro Marques, Ponto Focal da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania na ilha da Boa Vista, assinalou o Dia Internacional dos Direitos Humanos com uma atividade sobre primeiros socorros na localidade de João Galego.

A iniciativa decorreu no dia 9 de Dezembro de 2019, com a participação de cerca de dezanove alunos do 5º e 6º anos de escolaridade e cinco professores.

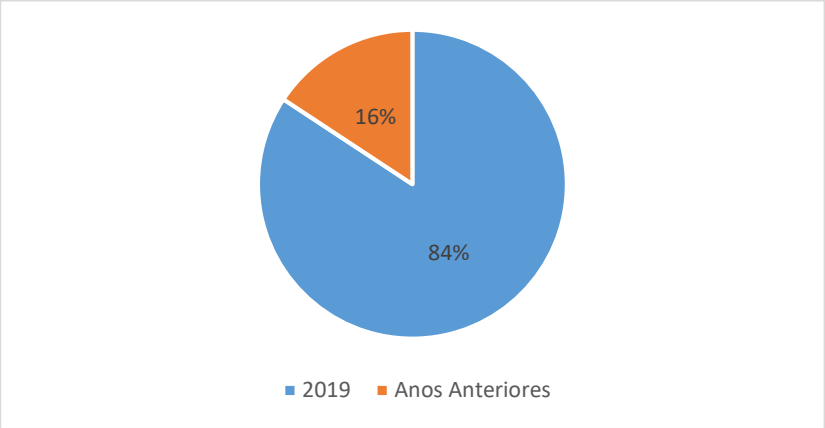
Durante a sessão, foram partilhados conhecimentos técnicos básicos sobre primeiros socorros, sempre acompanhados de exercícios práticos. Os alunos e professores participaram ativamente, o que que possibilitou uma dinâmica extremamente interessante.

A iniciativa contou com o apoio da Câmara Municipal da Boa Vista e da Proteção Civil.

5.8. Denúncias: Atendimento, tratamento e seguimento

Em 2019, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) registou 75 (84%) denúncias de alegadas violações dos Direitos Humanos, e continuou a tratar 14 (16%) casos recebidos em anos anteriores, somando assim um total de 89 casos.

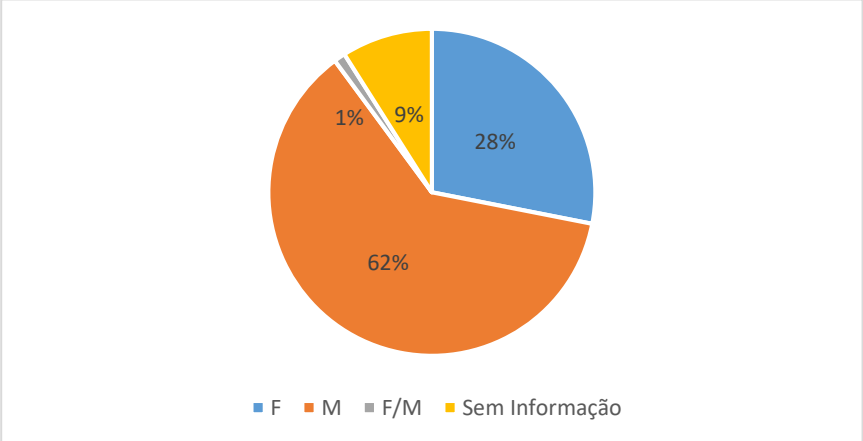
Gráfico 1. Denúncias tratadas em 2019 por ano de chegada



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Os dados evidenciam um desequilíbrio quanto ao sexo das vítimas, sendo o masculino (55;62%) significativamente superior ao feminino (25;28%).

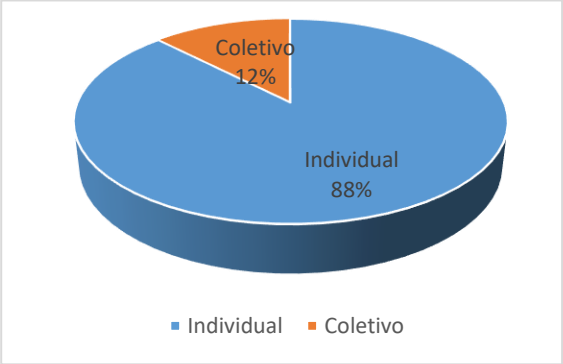
Gráfico 2. Sexo das Vítimas



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Verificou-se que 88% dos casos foram de caráter individual e 12% coletivo.

Gráfico 3. Natureza das Vítimas



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

A faixa etária das vítimas varia dos 0 aos 80 anos ou mais. Os dados revelaram que a maioria das vítimas (21%) tem entre 30-39 anos, contudo, é de salientar que em 12% a idade é variável (casos coletivos), e 17% não referiram a idade, como se pode observar na tabela 6.

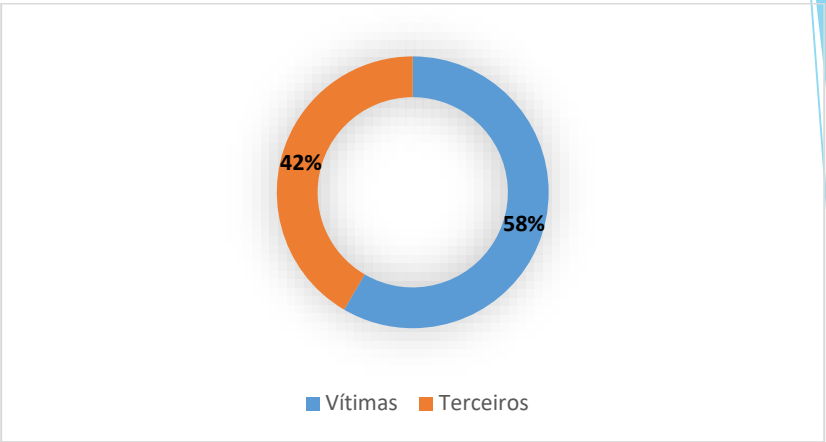
Tabela 6. Faixa Etária das Vitimas

FAIXA ETÁRIA	N° VÍTIMAS	PERCENTAGEM
0-9	3	4%
10-19	2	2%
20-29	13	15%
30-39	19	21%
40-49	12	14%
50-59	8	9%
60-69	3	3%
70-79	2	2%
≥80	1	1%
Variável	11	12%
Sem Informação	15	17%
TOTAL	**89**	**100%**

Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Constatou-se que 58% dos queixosos foram as próprias vítimas e 42% das denúncias foram feitas por terceiros, nomeadamente, familiares, vizinhos, amigos, associações e instituições públicas e privadas.

Gráfico 4. Natureza dos queixosos



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

No que concerne à receção das denúncias, os índices indicam que a maioria foi feita presencialmente (47%) e por meio das redes sociais (14%).

Tabela 7. Canal de Receção das Denúncias

RECEÇÃO	N° CASOS	PERCENTAGEM
Presencial	42	47%
Rede Social	13	14%
Nota	10	12%
Email	8	9%
Telefone	6	7%
Comunicação Social	6	7%
Comunicação Social/ Rede Social	3	3%
SMS	1	1%
TOTAL	**89**	**100%**

Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Identificou-se que a grande maioria das vítimas tem nacionalidade cabo-verdiana, constituindo 84%. Registaram-se, ainda, vítimas imigrantes a residir no país com as seguintes nacionalidades: Guineense, São-tomense, Senegalesa, Iraniana, Leonesa e Brasileira.

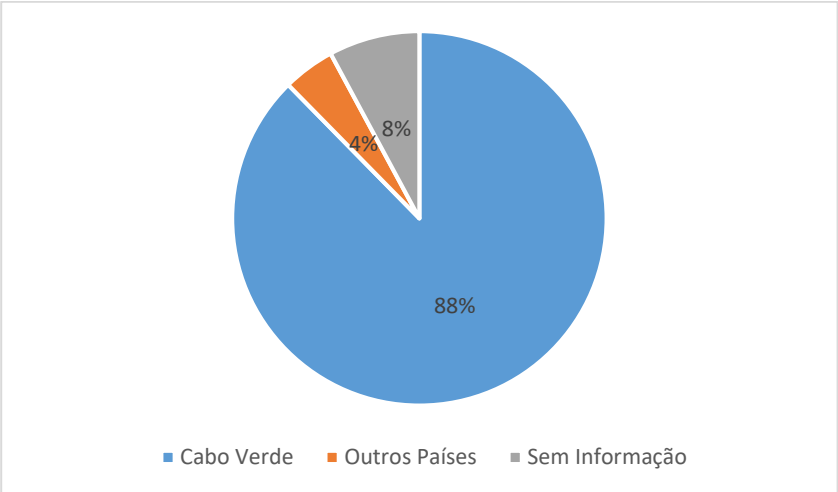
Tabela 8. Nacionalidade das Vítimas

NACIONALIDADE	N° VÍTIMAS	PERCENTAGEM
Cabo-verdiana	75	84%
Guineense	4	5%
Brasileira	2	2%
Iraniana	1	1%
São-tomense	1	1%
Senegalesa	1	1%
Serra-leonesa	1	1%
Sem informação	4	5%
TOTAL	**89**	**100%**

Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Quanto ao país de residência das vítimas, pode-se observar no gráfico 5, que a maioria residia em Cabo Verde com um percentual de 88%. A percentagem de residentes em outros países (Brasil, Portugal, França e Suíça) é representada por 4%.

Gráfico 5. País de residência das Vítimas



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Das 78 vítimas residentes no país, a grande maioria (62;80%) residia na ilha de Santiago (45 no Concelho da Praia, e 17 em outros Concelhos da ilha). Uma minoria (16;20%) nas ilhas de São Vicente, Fogo, Brava, Sal, Boa Vista, e Santo Antão, enquanto as restantes ilhas apresentaram uma percentagem de 0%.

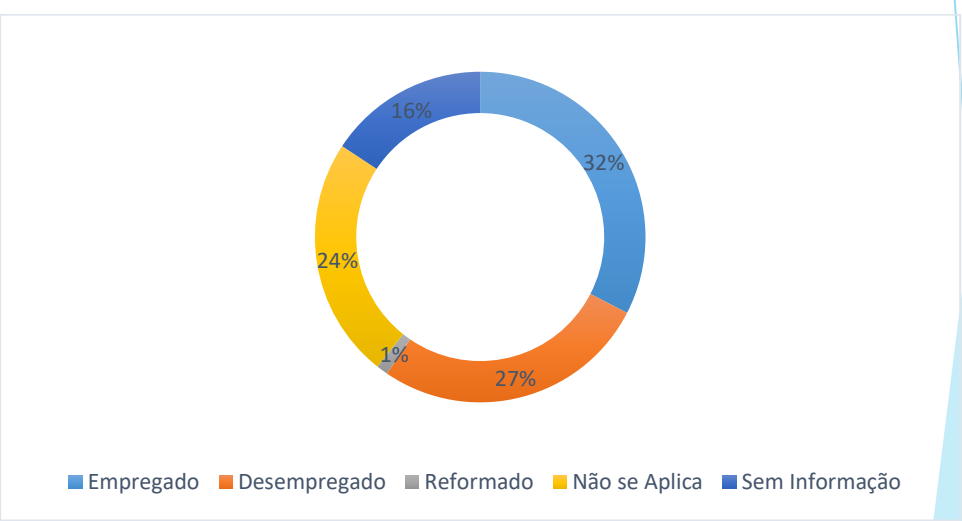
Tabela 9. Ilha de residência das Vítimas em Cabo Verde

RESIDÊNCIA	N°	PERCENTAGEM	
Santiago	63	80%	
São Vicente	4	5%	**20%**
Fogo	4	5%	
Sal	3	4%	
Brava	3	4%	
Boavista	1	1%	
Santo Antão	1	1%	
Restantes Ilhas	0	0%	
Total	**78**	**100%**	

Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

No que se referente à situação laboral das vítimas, os dados indicam que 32% estavam empregadas, 27% em situação de desemprego e 1 % eram reformadas. Houve um percentual (24%) considerável de vítimas enquadradas na opção "não se aplica" (crianças, vítimas mortais, adolescentes e reclusos) e ainda 16% não indicaram a sua situação.

Gráfico 6. Situação Laboral dos queixosos



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Como se pode observar na próxima tabela, o maior número de denúncias pertence à categoria "Direito à Saúde" (16 queixas registadas;19%). No que se refere a esta categoria, a maior parte das vítimas carecia de evacuação para o exterior, sendo que tal só seria possível após a reabilitação judicial, uma vez que apresentavam cadastro por prática de crime.

Em segundo lugar, ficaram as categorias "Abuso de Autoridade e Agressão Policial" e o "Direito do Trabalhador", com o mesmo percentual de casos (17% cada uma).

Em terceiro lugar, ficou a categoria "Outros", que corresponde a 13 casos isolados referentes a roubo, apoio social e psicológico, acesso a indemnização, educação, residência, direito a deslocação, saneamento básico, asilo, deportação e outros, representando 13% das denúncias.

No que se refere ao "Direito do Recluso", a quarta categoria com mais ocorrências, verificou-se um total de 11 casos (12%). Em quinto lugar, a categoria "Direito à Justiça", com 10%, e de seguida, a sexta classificada, o "Direito da Criança" (5;5%). "Direito a não ser Discriminado", com um registo de 3%, está na sétima posição. A oitava posição é ocupada é ocupada por duas categorias distintas, a saber: "Direito do Idoso" e "Violência Baseada no Género/Violência Doméstica", com duas ocorrências cada (2% cada categoria).

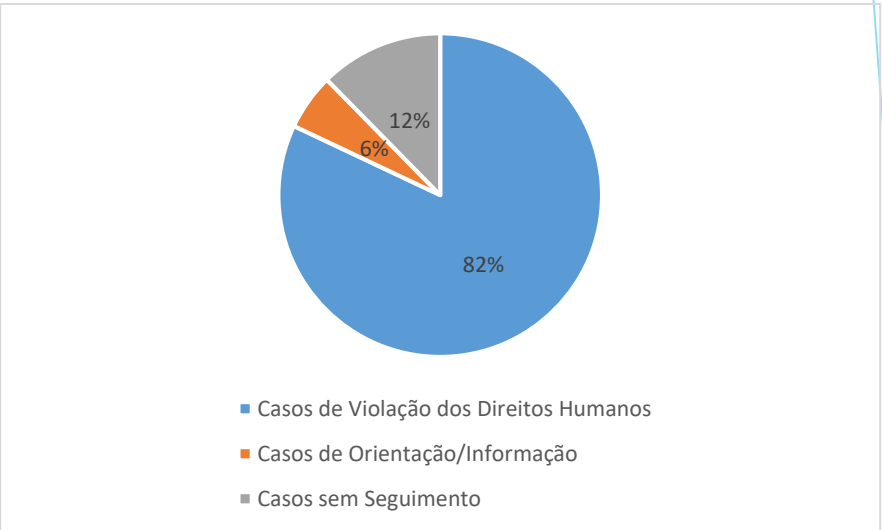
Tabela 10. Categoria das Denúncias

N.º	CATEGORIA	Nº DE DENÚNCIAS	PERCENTAGEM
1	Direito à Saúde	16	19%
2	Abuso de Autoridade e Agressão Policial	14	17%
	Direito do Trabalhador	14	17%
3	Outros	13	13%
4	Direito do Recluso	11	12%
5	Direito à Justiça	9	10%
6	Direito da Criança	5	5%
7	Direito a não ser Discriminado	3	3%
8	Direito do Idoso	2	2%
	Violência Baseada no Género/ Violência Doméstica	2	2%
Total		**89**	**100%**

Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Das 89 queixas chegadas à CNDHC, 82% foram admitidas como sendo violação dos Direitos Humanos. Entretanto, 6% dos queixosos receberam apenas orientação e informação, por não se verificarem os critérios de admissibilidade para que fossem considerados violações dos Direitos Humanos. A CNDHC não deu seguimento a 12% dos casos, devido a escassez de informações, especialmente no que se refere às denúncias feitas através das redes sociais.

Gráfico 7. Tratamento das denúncias

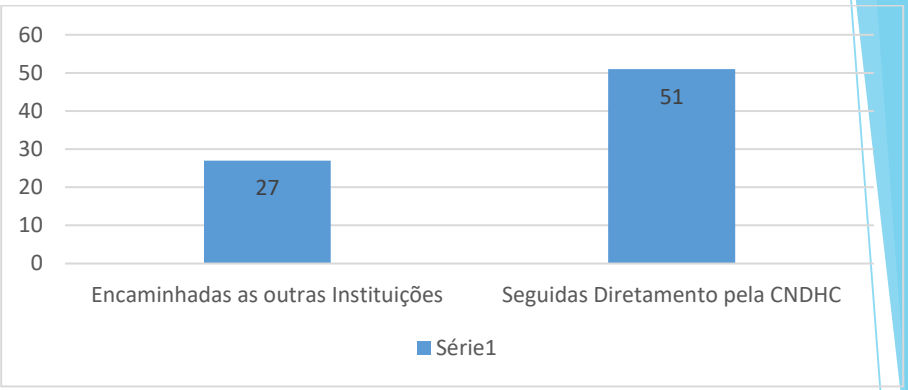


Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

O seguimento das denúncias é realizado por uma equipa de quatro Técnicos da CNDHC, mas devido à natureza das mesmas algumas são encaminhadas para outras instituições, sendo que, dependendo da sua especificidade, continuam sendo alvo de seguimento, em simultâneo, pela CNDHC.

Das 78 denúncias (casos de violação dos Direitos Humanos acrescidas as denúncias que receberam orientação/informação) a CNDHC seguiu diretamente 51 denúncias (65%), e encaminhou 27 (35%) para outras instituições, nomeadamente a Direção Geral do Trabalho (DGT), a Polícia Nacional (PN), o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), a Inspeção Geral do Trabalho (IGT), as Câmaras Municipais, Gabinete de Atendimento das Evacuações Externas ao nível da rede de Segurança-Inclusão Social (GAEE), Delegacias de Saúde, entre outros.

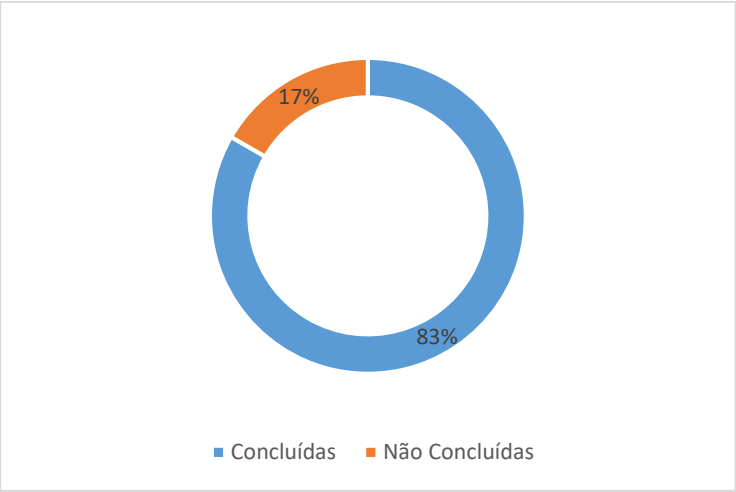
Gráfico 8. Encaminhamento das denúncias



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Das 78 queixas (as seguidas diretamente pela CNDHC e as encaminhadas para outras instituições), a maioria (65;83%) continua sendo seguida pela CNDHC e uma minoria (13;17%) foi considerada caso concluído.

Gráfico 9. Conclusão das denúncias



Fonte: Base de Dados das Denúncias 2019

Os queixosos indicaram várias entidades que consideraram violadoras dos Direitos Humanos, nomeadamente o Estado de Cabo Verde no Geral, a Polícia Nacional, a Direção Geral dos Serviços Penitenciários e Reinserção Social, os Tribunais, os Serviços de Saúde Pública de Cabo Verde, a Procuradoria-Geral da República, as Câmaras Municipais, o Centro Comum de Vistos e empresas privadas. Em algumas situações, o violador era uma pessoa individual, geralmente familiar da vítima.

5.9. Elaboração e envio de Recomendações ao Governo

O artigo 6º do Estatuto da CNDHC indica que, no âmbito das suas atribuições, a instituição pode, por iniciativa própria, examinar e formular recomendações em relação à legislação nacional e às políticas públicas relativas aos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Cidadania e elaborar estudos e pareceres sobre tratados na área dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário que Cabo Verde tenha interesse em ratificar ou aderir.

Em 2019, a CNDHC elaborou e submeteu ao Governo um total de quatro recomendações, sendo que no mesmo ano uma foi acatada, conforme tabela abaixo discriminada:

Tabela 11. Recomendações ao Governo em 2019

N.º	RECOMENDAÇÃO	DATA	ENTIDADE VISADA	PONTO SITUAÇÃO
1	Cumprimento da Constituição, Convenção das Pessoas com Deficiência e PIDESC, visando a realização do Direito do trabalhador com deficiência	23/08/19	Câmara Municipal de Ribeira Grande Santiago	Acatada
2	Alteração e Regulamentação do Código Penal, visando a eficácia da reabilitação judicial de doentes a serem evacuados para o estrangeiro	12/12/19	Ministério da Justiça e Trabalho	
3	Ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	31/12/19	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	
4	Regulamentação do DL n.º 99/V/99 de 19 de Abril, que estabelece as Bases do Regime Jurídico do Asilo e Estatuto dos Refugiados	31/12/19	Governo de Cabo Verde	

MISSÕES INTERNACIONAIS

6. Missões Internacionais

6.1. Participação em formação regional sobre "Gestão de Recursos de Segurança em África"

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, integrou a comitiva representante de Cabo Verde para participar numa formação cujo tema foi "Gestão de Recursos de Segurança em África", que teve lugar em Adis Abeba-Etiópia, de 12 a 20 de janeiro.

A referida formação foi uma iniciativa do Centro Africano para Estudos Estratégicos e contou com a participação de outros Países como Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Madagáscar, Botsuana, Etiópia, Moçambique, Tanzânia, Ilhas Maurícias, África do Sul, Namíbia, Ruanda, Somália, Seicheles, Uganda e Zâmbia. Teve como foco as diversas ferramentas e técnicas usadas para uma gestão eficaz de recursos no sector da segurança em África. O workshop incluiu debates em grupo com base em casos específicos e exercícios de criação de cenários.

6.2. Reunião com o Subcomité dos Direitos das Crianças da ONU

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, reuniu-se no dia 22 de maio, com o Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, em Genebra, Suíça.

O encontro decorreu no âmbito da 81ª sessão do Comité, em que Cabo Verde foi avaliado sobre o estado de implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

A Presidente da CNDHC foi recebida pelo Presidente do Comité, Luís Pedernera; pela relatora de Cabo Verde, Suzanne Assouma; e por Mónica Silva, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Durante o encontro, Zaida Morais de Freitas reiterou algumas das preocupações refletidas no Relatório Paralelo que foi apresentado à entidade pela CNDHC, enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos. O documento foi elaborado com a colaboração de um Grupo de Trabalho de Comissários constituído para o efeito.

6.3. Participação na Sessão de Avaliação de Cabo Verde pelo Comité da ONU

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, participou na sessão de avaliação de Cabo Verde sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança, nos dias 22 e 23 de maio de 2019, em Genebra, Suíça.

A avaliação decorreu no âmbito da 81ª sessão do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas. Além da Presidente da CNDHC, enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos, a sessão contou com a participação de Felisberto Moreira, da Coalizão Cabo-verdiana dos Direitos da Criança, enquanto sociedade civil.

O Estado de Cabo Verde, representado pela ministra da Educação Família e Inclusão Social, Maritza Rosabal, fez a apresentação e defesa

do Relatório Periódico Combinado II, III e IV sobre a implementação da Convenção, tendo depois respondido a várias questões colocadas pelos membros do Comité.

6.4. Reunião com o Responsável do Subcomité para a Prevenção da Tortura das Nações Unidas

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas reuniu-se no dia 23 de maio, com o Subcomité para a Prevenção da Tortura (SPT) das Nações Unidas em Genebra, Suíça.

Recebida pelo Oficial de Direitos Humanos, Bardia Jebeli, durante o encontro, foram abordados diversos temas, nomeadamente a criação, nomeação e composição do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura de Cabo Verde (MNP). Foram discutidas as possibilidades de formação e a articulação entre o MNP e o Subcomité para a Prevenção da Tortura.

6.5. Consulta regional de Instituições Nacionais de Direitos Humanos da África Ocidental

Organizada pelo Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para a África Ocidental, em parceria com o Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel e a Rede de Instituições Nacionais de Direitos Humanos da África Ocidental, a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, participou na consulta regional de Instituições Nacionais de Direitos Humanos da África Ocidental.

O evento decorreu de 29 a 31 de maio, na Cidade de Acra, Gana, onde reuniu representantes de instituições nacionais de direitos humanos de vários países da África Ocidental. A consulta regional teve como objetivo promover a troca de experiências entre as diversas instituições e países, reforçar parcerias e concertar estratégias com vista à melhoria da promoção e proteção dos direitos humanos na sub-região.

6.6. Participação no terceiro Fórum de Políticas da CUA-RINADH sobre o Estado das Instituições Nacionais de Direitos Humanos Africanas

A convite da Rede das Instituições Nacionais Africanas de Direitos Humanos (RINADH), a CNDHC participou, representada pelo Assessor Jurídico Arlindo Sanches, nos dias 5 e 6 de setembro de 2019, em Addis-Abeba, Etiópia, no Terceiro Fórum de Políticas da CUA-RINADH sobre o Estado das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) Africanas

sob o lema "O papel das INDH na procura de soluções duráveis sobre o deslocamento Forçado em África”.

O referido fórum, que resultou de uma iniciativa conjunta da RINADH e da Comissão da União Africana (CUA), teve como principal objetivo o reforço de capacidades das INDH Africanas para a promoção e proteção dos Direitos Humanos.

O fórum foi uma oportunidade para refletir sobre o problema dos deslocados internos em África, considerando que África acolhe um terço dos deslocamentos forçados no mundo.

O fórum contou com a participação de representantes da Comissão da União Africana, da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, das INDH, do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR), dos parceiros de desenvolvimento, das organizações da sociedade civil, do Subcomité dos Refugiados, repatriados e pessoas deslocadas dentro dos seus próprios países, entre outros.

Durante os dois dias do evento, foram feitas várias apresentações com discussões em plenária, tendo ainda, no segundo dia, sido organizadas sessões de trabalho de grupo para elaboração de um Plano de Ação sobre o papel das INDH Africanas na procura de soluções sustentáveis para as pessoas deslocadas em África.

No final do fórum, foi adotado provisoriamente o Plano de Ação, ficando o compromisso da submissão do documento por e-mail, para subsídios, para que o mesmo fosse aprovado na próxima Assembleia Geral da RINADH, na cidade do Cairo, Egipto.

6.7 Participação no Atelier Sub-regional "Desafios em matéria de segurança na luta contra o terrorismo e a proteção dos Direitos Humanos no espaço CEDEAO"

Nos dias 11 e 12 de setembro de 2019, a CNDHC esteve representada pela Técnica Superior Marísia Delgado Nascimento no atelier sub-regional cujo tema foi "Desafios em matéria de segurança na luta contra o terrorismo e a proteção dos Direitos Humanos no espaço CEDEAO".

A atividade enquadrou-se no âmbito do mandato de promoção e proteção dos direitos humanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Costa do Marfim, em parceria com a Fundação Konrad Adenauer.

O atelier visou promover a reflexão e partilha de experiências e de boas práticas na luta contra o terrorismo e respeito pelos Direitos Humanos, fazer o diagnóstico dos fatores de risco e identificar as estratégias de prevenção e procura de soluções duráveis para a luta contra esta problemática nos Estados da CEDEAO.

6.8. Participação em Conferência sobre os Direitos das Pessoas Albinas

A CNDHC participou, representada pela Técnica Marísia Delgado Nascimento, numa "Capacitação em Direitos Humanos e Advocacia para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Albinismo (PCA)" em Moçambique.

Com o objetivo de promover um maior conhecimento sobre o tema e criar redes para a proteção das Pessoas com Albinismo (PCA), através da abordagem de questões como: as necessidades específicas de proteção das PCA; os direitos humanos das PCA estabelecidos por acordos e Convenções Internacionais, entre outras, a atividade decorreu em Moçambique, de 27 a 29 de novembro de 2019.

O evento reuniu organizações da sociedade civil, entidades governamentais e instituições nacionais de direitos humanos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Para além da realização de exposições em Direitos Humanos, foram realizados trabalhos de grupo, de onde saiu uma proposta de Plano de Ação para a promoção dos Direitos das Pessoas com Albinismo em Moçambique.

6.9. Participação no *Atelier* de reforço das capacidades das Instituições de Direitos Humanos

Nos dias 16 e 17 de dezembro de 2019, a CNDHC, representada pelo Jurista Ailton Silva, participou num atelier de reforço das capacidades das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) sobre o respeito pelos Direitos Humanos em períodos eleitorais. "A implicação das INDH nos processos eleitorais para eleições transparentes, inclusivas e pacíficas baseadas no respeito pelos Direitos Humanos na África Ocidental" foi o título do atelier, que reuniu representantes de INDH de vários países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A iniciativa decorreu em Abidjan, capital da Costa do Marfim, e foi realizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos com o objetivo de promover uma reflexão sobre a configuração do contexto eleitoral no que se refere ao respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais no espaço da CEDEAO.

COOPERAÇÃO E PARCERIAS

7.Cooperação e Parcerias

7.1. Estagiários da União Europeia visitam a CNDHC

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania recebeu, no dia 31 de janeiro de 2019, a visita de um grupo de estagiários da União Europeia. A visita teve como objetivo conhecer os principais desafios da instituição e os projetos financiados pela União Europeia em execução pela CNDHC.

Em relação aos desafios da instituição, a Presidente da CNDHC fez referência à conformidade dos Estatutos da CNDHC com os Princípios de Paris e a consolidação da entidade a nível do território nacional. No que concerne aos projetos da União Europeia, fez menção ao financiamento no âmbito do Programa GSP+ que a CNDHC foi contemplada desde o ano de 2018, sendo que a execução iniciou com o lançamento da Campanha 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma formação para ONGs sobre a elaboração de relatórios sobre a implementação das convenções internacionais de Direitos Humanos e uma formação ao *staff* da CNDHC.

7.2. Seminário sobre Direito Internacional Humanitário

Promover o conhecimento sobre as Convenções, princípios e regras do Direito Internacional Humanitário (DIH) em Cabo Verde constituem alguns dos objetivos tanto do Comité Internacional da Cruz Vermelha como da CNDHC.

Por esta razão, as duas instituições consideram importante aprofundar o conhecimento e desenvolver ações concretas nestas matérias.

Assim sendo, foi realizado no dia 15 de fevereiro, um seminário destinado ao *staff* permanente da CNDHC bem como a um grupo de Comissários.

O seminário, que aconteceu na sede da CNDHC, visou o reforço de conhecimentos dos participantes, de forma a que futuramente sejam realizadas ações de sensibilização sobre o tema com maior regularidade. Durante a sessão foram abordados alguns aspetos sobre a história do DIH, das Convenções de Genebra e do trabalho da Cruz Vermelha Internacional e de Cabo Verde, de entre outros temas.

7.3. Entrega do Cidadão Pikinoti em Vídeo à Direção Nacional da Educação

No dia 27 de fevereiro, a CNDHC entregou à Direção Nacional da Educação exemplares do DVD Cidadão Pikinoti para distribuição para as escolas do ensino básico de todo o país.

As duas entidades mostraram-se empenhadas em reforçar a cooperação na área da educação para os direitos humanos e a cidadania. O objetivo foi disponibilizar um recurso pedagógico para que os professores abordem a questão dos direitos humanos e da cidadania, principalmente no ensino básico.

Além do Pikinoti, foram ainda entregues exemplares de outras publicações da CNDHC, como a Declaração Universal dos Direitos

Humanos, a cartilha SOS Planeta Terra – Construindo a Cidadania Ecológica e o Guia do Cidadão Eleitor.

7.4. Ministração de Módulo sobre Direitos Humanos e Cidadania na Formação de Novos Agentes da Polícia Nacional

No âmbito do X Curso de Formação de Agentes de 2ª Classe da Polícia Nacional, a CNDHC ministrou um módulo intitulado "Direitos Humanos e Cidadania". As aulas decorreram de 26 de março até 14 de maio, e foram ministradas pelo Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches.

A participação da CNDHC na formação dos novos agentes é resultado de uma parceria com a Polícia Nacional nos últimos anos, com o objetivo de reforçar os conhecimentos dos mesmos sobre os documentos legais internacionais, regionais e nacionais relacionados com direitos humanos e cidadania.

Pretende-se, de uma forma pedagógica, contribuir para que a atuação policial em Cabo Verde seja cada vez mais pautada pelo respeito pelos princípios de direitos humanos.

O programa da formação incluiu ainda módulos como o Direito Processual Penal, Tática das Forças de Segurança, Segurança e Policiamento de Proximidade, Investigação Criminal, Informática, Ética e Deontologia Policial, Comunicação e Relações Interpessoais, entre outros.

7.5. Assinatura de Protocolo entre a CNDHC e o Ministério da Educação

A CNDHC assinou um Protocolo com o Ministério da Educação, através da Direção Nacional da Educação, no dia 16 de maio de 2019, visando promover a cultura de promoção e proteção dos Direitos Humanos e da Cidadania.

O Protocolo assinado entre as duas entidades foi uma formalização da parceria existente, conforme palavras da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas e da Diretora Nacional da Educação, Sofia Figueiredo, as representantes das duas instituições que homologaram o documento.

O documento prevê a colaboração na realização e difusão de programas sobre a temática dos Direitos Humanos e da Cidadania na Rádio Educativa; disponibilização e/ou doação de materiais aos estabelecimentos de ensino; elaboração de materiais didáticos e pedagógicos; realização de atividades de sensibilização, formação e informação para professores, alunos, famílias e comunidade educativa; elaboração de currículos escolares, entre outros.

7.6 Seminário Internacional sobre a implementação das Convenções Internacionais em Direitos Humanos

A CNDHC organizou durante os dias 20 e 21 de maio de 2019, na Cidade da Praia, o Seminário Internacional sobre a implementação das Convenções Internacionais de Direitos Humanos, destinado a representantes de entidades governamentais, parlamentares, magistrados e organizações da sociedade civil,

O seminário teve como objetivo promover uma reflexão alargada sobre a implementação em Cabo Verde das Convenções internacionais ratificadas pelo Estado. O ato de abertura, que foi presidido pelo Presidente da Assembleia Nacional, Engº Jorge Santos, contou ainda com a presença da Representante do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ana Patrícia Graça, bem como da Embaixadora da União Europeia, Sofia Moreira de Sousa.

O evento iniciou com uma conferência de abertura "O Direito Internacional dos Direitos Humanos: Passado, Presente e Futuro", proferida pelo Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional e Professor no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, José de Pina Delgado.

O programa incluiu ainda conferências e mesas-redondas sobre temas diversos e, além de oradores nacionais, contou com a participação de dois convidados internacionais: o Presidente do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, Renato Leão; e a representante da Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Portugal, Carina Antas Ferreira.

O seminário contou com o financiamento da União Europeia, no âmbito do Projeto "Promover os direitos humanos e laborais através do Sistema de Preferências Generalizadas +", e com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde.

7.7. Lançamento do Cidadão Pikinoti com Língua Gestual

A CNDHC no dia 14 de junho, o vídeo Cidadão Pikinoti com Língua Gestual. O ato decorreu na Escola Nova Assembleia, em Achada Santo António, Cidade da Praia, e contou com diversos momentos culturais, protagonizados por crianças da Escola Nova Assembleia e da Escola Eugénio Tavares.

A produção do vídeo contou com as parcerias da Dikor, da Escola Secundária Pedro Gomes e da Associação Cabo-verdiana de Surdos. A Língua Gestual foi assegurada por Lívia Mendes (personagem Samira), Igor Borges (personagem Miguel) e Adelsa Tavares (narradora).

O projeto contou com o apoio da UNICEF e financiamento da Bornefonden e da Cooperação Portuguesa. Resulta de uma adaptação da cartilha "Cidadão Pikinoti", lançada pela CNDHC em 2013, com o objetivo de transmitir às crianças os conceitos básicos relacionados com os seus direitos e deveres e com o exercício da cidadania.

A adaptação para o formato audiovisual com língua gestual teve como objetivo permitir que o conteúdo seja acessível às crianças com deficiência auditiva. O vídeo foi, posteriormente, distribuído aos estabelecimentos de ensino do país, esperando-se que possa ser utilizado como um recurso didático nas salas de recurso e não só.

7.8. Comemoração do Dia Internacional de Consciencialização da Violência contra a Pessoa idosa

Numa parceria com a Câmara Municipal de São Domingos, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania realizou no dia 18 de junho uma sessão de "Toma Benson", em comemoração do *Dia Internacional de Consciencialização da Violência contra a Pessoa idosa.*

Além da intervenção da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas e da Vereadora da Câmara Municipal de São Domingos e Ponto Focal da Comissão, Hermínia Carvalho, os idosos presentes partilharam o significado cultural do ato de "toma benson" em Cabo Verde e em Santiago em particular.

O ato, que decorreu no Jardim Infantil da Várzea da Igreja, constituiu uma oportunidade para promover uma reflexão sobre o tratamento que os mais jovens devem ter para com os idosos e sobre os cuidados e atenção necessários para a salvaguarda dos direitos desta faixa etária.

7.9. Lançamento do Manual de avaliação e Intervenção com condenados por Crimes Sexuais

A CNDHC lançou a 15 de Julho, na Cidade da Praia, o "PASS - Manual de Avaliação e de Intervenção com Condenados por Crimes Sexuais". O ato de abertura contou com as intervenções da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; da Presidente do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), Maria do Livramento Silva; e do Responsável pela Proteção da Criança do Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, Jairson Gomes.

Durante o evento, foi feita uma apresentação do Manual, elaborado pelo consultor internacional Ricardo Barroso, especialista em Psicologia Clínica e Forense. O manual destina-se a técnicos com formação em psicologia clínica que intervêm no processo de reinserção social de reclusos condenados por crimes sexuais, incluindo os estabelecimentos prisionais, delegacias de saúde e hospitais.

Recorde-se que, em 2016, a CNDHC lançou o "Estudo Diagnóstico sobre o Perfil dos Condenados por Crimes Sexuais contra Menores: conhecer para melhor intervir", com o objetivo de conhecer o perfil dos condenados por crimes sexuais contra menores. Uma das principais recomendações do estudo foi a necessidade de criação de um programa de intervenção especializado e estruturado direcionado para os reclusos condenados por crimes sexuais, por forma a evitar a reincidência.

No seguimento, foi realizada uma formação em 2018 para técnicos de todas as ilhas com formação em psicologia clínica, com o objetivo de

testar e recolher inputs para o "PASS – Manual de Avaliação e de Intervenção com Condenados Por Crimes Sexuais", apresentado em 2019. O objetivo é reforçar a intervenção dos profissionais, contribuindo assim para a definição de uma estratégia que promova a mudança comportamental, a partir da prevenção de comportamentos sexualmente abusivos no regresso dos reclusos à vida em sociedade.

7.10. Socialização do *draft* do II Relatório Nacional de Direitos Humanos

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) realizou no dia 28 de Junho, a sessão de socialização do draft do II Relatório Nacional de Direitos Humanos.

O evento decorreu na Cidade da Praia, com a participação de representantes de instituições governamentais e da sociedade civil.

O ato de abertura contou com as intervenções da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e da Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas, Ana Patrícia Graça.

A iniciativa teve como objetivo socializar o *draft* do Relatório, elaborado pela consultora Dionara Anjos, e recolher subsídios para a sua conclusão e posterior publicação.

A elaboração do documento contou com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, considerando o período temporal de 2011 a

2018, com a finalidade de: analisar as medidas legislativas, administrativas e políticas públicas adotadas durante este período, com relevância para os direitos humanos; fazer, no âmbito dos tratados internacionais e regionais de direitos humanos de que Cabo Verde é parte, um diagnóstico das obrigações que estão por cumprir; e elaborar uma lista de recomendações sobre medidas a adotar para uma melhor efetivação dos direitos humanos no país.

Refira-se que o documento visa atualizar os dados do I RNDH, publicado em 2011 e compreendendo o período temporal de 2004 a 2010.

7.11. Realização de Atelier de Formação e Sensibilização sobre "Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos"

A CNDHC, em parceria com o Instituto Internacional do Direito Internacional Humanitário (IIDIH) e as Forças Armadas (FA) de Cabo Verde, realizaram no dia 15 de novembro um Atelier de Formação e Sensibilização sobre *"Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos".*

A ação teve como público-alvo militares, polícias, agentes prisionais, membros da Cruz Vermelha de Cabo Verde, dos Bombeiros Municipais da Praia e serviços da Proteção Civil.

A formação, que decorreu no Auditório das Forças Armadas na Cidade da Praia, foi ministrada por dois formadores do Instituto Internacional

do Direito Internacional Humanitário, o coronel Eduardo Bittencourt e o Prof. Roberto Moreno.

O objetivo foi reforçar e aumentar os conhecimentos dos participantes no que se refere ao conceito, promoção e implementação do Direito Internacional Humanitário (DIH) e Direitos Humanos (DH), dar a conhecer os tratados, as obrigações dos Estados e as situações de aplicação do DIH e DH, bem como a missão e as atividades da CNDHC e do Instituto Internacional do Direito Internacional Humanitário.

A iniciativa contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e enquadrou-se no âmbito do Protocolo assinado entre a CNDHC e o Instituto Internacional do Direito Humanitário, visando a promoção do DIH.

7.12. Auscultação da CNDHC pela União Europeia aquando do Relatório Anual de Direitos Humanos daquele organismo

No dia 25 de novembro de 2019, a Presidente da CNDHC recebeu uma equipa da Delegação da União Europeia em Cabo Verde, que se encontra a preparar o Relatório de Direitos Humanos da União Europeia, relativamente ao ano de 2019.

Zaida Morais de Freitas reuniu-se com Ana Catarina Jesus e Anna Topliyski, que solicitaram informações sobre a avaliação da CNDHC relativamente à situação dos Direitos Humanos em Cabo Verde.

7.13. Capacitação de Animadores em Direitos Humanos

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), em parceria com a Associação Comunitária Jovens Santiaguenses (ACJS), promoveram no dia 30 de novembro de 2019 uma ação de "Capacitação de Animadores em Direitos Humanos".

A formação que decorreu na Casa da Juventude, Concelho de Santa Cruz, ilha de Santiago, contou com a participação de 30 jovens ativistas da ilha e foi ministrada pelo Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches, e pela Técnica Social Zoraida Fortes.

A iniciativa teve como principais objetivos capacitar e sensibilizar os jovens ativistas em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos e lançar as bases para a criação de Redes Municipais de Voluntários em Direitos Humanos, que irão integrar a Rede Nacional de Voluntários em Direitos Humanos da CNDHC.

A atividade foi integrada na campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, financiada pela União Europeia através do projeto "Promovendo os Direitos Humanos e Laborais através do SPG+" e com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, com o objetivo de promover a história, princípios, artigos e importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos a nível internacional, nacional e comunitário.

OUTRAS ATIVIDADES

8. Outras Atividades

8.1. Realização de Seminário temático interno sobre o Plano de Comunicação da CNDHC 2019

No dia 1 de março de 2019, o *staff* da CNDHC recebeu o primeiro seminário temático interno do ano, visando preparar o plano de comunicação institucional para o ano de 2019.

No encontro, a Assessora de Comunicação da instituição, Ilda Fortes, apresentou algumas propostas das linhas orientadoras da comunicação da instituição para 2019, em termos de mensagens, produção de materiais, canais de informação, entre outros.

As propostas apresentadas contaram com o contributo de todos os colaboradores da CNDHC, que indicaram pontos de melhoria e medidas concretas para melhorar a comunicação institucional, a nível interno e externo.

No final, foram discutidos e concertados alguns aspetos, com o objetivo de melhorar a comunicação institucional, reforçando a comunicação interna e intensificando ações ou medidas que permitam reforçar o conhecimento da sociedade cabo-verdiana sobre as atribuições e atividades da instituição.

Os seminários temáticos internos da CNDHC têm como finalidade reforçar os conhecimentos do staff em diferentes temáticas relacionadas com as áreas de atuação da instituição e outras relacionadas.

8.2. Realização de Seminário temático interno sobre o Trello

Com o objetivo de melhorar o planeamento e reforçar a partilha de informação a nível interno, foi realizado um seminário temático interno no dia 22 de Março de 2019, destinado aos técnicos da CNDHC.

A sessão foi dirigida pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, que partilhou com a equipa a sua experiência no uso da ferramenta digital Trello, uma das ferramentas utilizadas pelo *staff* da CNDHC para a partilha de informação e acompanhamento da preparação e execução do plano de atividades da instituição.

Durante o seminário, e através de exemplos práticos, os colaboradores da CNDHC ficaram mais cientes dos procedimentos e da pertinência do uso dessa ferramenta para melhorar ainda mais a comunicação interna na instituição.

8.3. Participação em Seminário sobre Discriminação Racial

"Discriminação associada à Mobilidade e Imigração em Cabo Verde" foi o título do seminário promovido no dia 21 de Março pela Direção Geral da Imigração, para assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

O evento teve como finalidade promover uma reflexão sobre o tema e a apresentação de dados e documentos relacionados, e contou com a participação de representantes de várias instituições.

O ato de abertura, presidido pela Ministra da Família e Inclusão Social, Maritza Rosabal, contou com comunicações da Diretora Geral da Imigração, Carmem Barros; do Presidente da Escola de Negócios e Governação, João Brito; e da Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, Zaida Morais de Freitas.

O seminário iniciou com a abordagem do tema "Discriminação de Imigrantes: conceitos, tipos e dados", apresentado por Clementina Furtado e Gertrudes de Oliveira, docentes das Universidades de Cabo Verde e da Universidade Jean Piaget, respetivamente.

No segundo momento, foi feito o lançamento de uma brochura da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e apresentação do texto da convenção, pelo Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches.

De seguida, foi feita uma apresentação da campanha "Por um Cabo Verde de todos", promovida pela DGI, pela técnica da instituição, Jacira Moreno.

8.4. Lançamento da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, em parceria com a Direção Geral da imigração e o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, lançou no dia 21 de Março de 2019 - Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, uma brochura

com o texto da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

O ato decorreu durante o Seminário "Discriminação associada à mobilidade de imigração em Cabo Verde", promovido pela Direção Geral da Imigração.

Durante o evento, o Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches, fez uma apresentação breve do texto da Convenção e do panorama nacional no que se refere ao monitoramento da sua implementação e prioridades recomendadas por organismos internacionais.

De referir que a publicação integra a coleção Documentos DH, da CNDHC, que tem como finalidade a divulgação das convenções internacionais e regionais de direitos humanos ratificadas por Cabo Verde.

Até agora, já foram publicadas as seguintes convenções: Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais; Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias; e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

8.5. Realização de Conversa sobre direitos humanos com beneficiários do projeto Anjos da Noite

"Direitos Humanos dos moradores de rua e toxicodependentes" foi o tema da conversa realizada no dia 21 de Março com utentes do projeto Anjos da Noite da Câmara Municipal da Praia.

A conversa, dirigida pelos Técnicos da CNDHC Zoraida Fortes e Ailton Silva, decorreu na zona do Sucupira e contou com a participação de moradores de rua e toxicodependentes que são beneficiários do projeto.

Durante a atividade, foram apresentados os princípios dos Direitos Humanos, e foram distribuídos materiais da campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A iniciativa foi promovida pela Direção de Ação Social Género, Educação Pré-escolar e Habitação da Câmara Municipal da Praia, que é a gestora do projeto "Anjos da Noite", que, diariamente, oferece uma refeição quente e escuta ativa a cerca de 26 moradores de rua. Além disso, são oferecidos outros serviços como: encaminhamento às estruturas de saúde, medicamentos, higienização, distribuição de vestuários, corte de cabelo e barba, entre outros. Mensalmente, é realizada uma conversa com os beneficiários sobre temas diversos.

8.6. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e CNDHC exploram possibilidades de colaboração

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania e a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde querem explorar possibilidades de colaboração a nível do ensino superior.

Este foi o mote para o encontro realizado no dia 8 de Abril entre a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e o Reitor da Piaget, Wlodzimierz Szymaniak.

A realização de estudos, publicações e eventos sobre as áreas de atuação da CNDHC foram alguns aspetos discutidos.

Além disso, foi referida a possibilidade de uma colaboração no âmbito do Prémio Nacional Direitos Humanos, cuja uma das categorias (Estudo Científico) premeia "trabalhos a nível nacional que merecerem especial destaque pelo aprofundamento da reflexão em matéria de Direitos Humanos e da Cidadania".

8.7. Reunião com o Presidente do Conselho Superior de Magistratura Judicial

No dia 10 de abril, a Presidente da CNDHC teve um encontro de trabalho com o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ).

Durante o encontro, Zaida Morais de Freitas e Bernardino Delgado falaram sobre alguns dos desafios dos Magistrados em fundamentar as decisões judiciais em tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados por Cabo Verde.

O Presidente do CSMJ reconheceu que poderá haver um défice no uso desses tratados internacionais pelos Magistrados nacionais, que entende que poderá também ser motivado pela fraca divulgação desses documentos no seio da classe.

A Presidente da CNDHC informou que a instituição pretende realizar um estudo sobre o tema, de forma a conhecer melhor o panorama e a traçar estratégias para reforçar essa aplicação.

8.8. Encontro com Alto Representante da Aliança Global

No dia 16 de Abril, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania recebeu o Alto Representante da organização internacional Aliança Global para as Instituições Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI), Alan Miller.

O encontro, que integrou o programa da deslocação do especialista a Cabo Verde, contou as presenças da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e do *staff* da instituição.

O objetivo principal foi esclarecer alguns aspetos sobre o processo de acreditação internacional das instituições nacionais de direitos humanos. Por outro lado, foram abordados alguns aspetos da atual proposta para o novo Estatuto da CNDHC, para que esta esteja em conformidade com os Princípios de Paris.

Durante a sua estadia em Cabo Verde, que foi organizada em parceria com o Programa das Nações Unidas em Cabo Verde, Alan Miller reuniu-se com entidades governamentais e da sociedade civil, com o objetivo de esclarecê-las e sensibilizá-las sobre as condições, processos e requisitos para o credenciamento da CNDHC a nível internacional, e sobre as vantagens e responsabilidades de uma instituição nacional de direitos humanos.

Refira-se que a GANHRI é uma associação internacional de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH), que tem como principal objetivo reforçar essas instituições para que estejam de acordo com os Princípios de Paris. Esses Princípios, aprovados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1993, estabelecem os critérios mínimos para que as INDH possam ser credenciadas na GAHHRI, como: mandatos amplos que incluem a proteção e promoção dos direitos humanos; autonomia do governo; independência das autoridades públicas; pluralismo; recursos adequados; e poderes adequados de investigação.

8.9. Reunião com Especialista da UNICEF

Enquadrado no programa de deslocação de uma especialista a Cabo Verde, visando apoiar o país na criação de um sistema integrado de informação e seguimento de casos de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, no dia 23 de abril de 2019, a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, recebeu em audiência a especialista de Proteção da Criança do Escritório Regional da UNICEF em Dakar, Denise Ulwor.

O encontro teve como finalidade conhecer as atribuições e funcionamento da CNDHC, enquanto instituição nacional de promoção e proteção dos Direitos Humanos. Por outro lado, pretendeu-se ainda

auscultar a instituição relativamente à sua atuação e às preocupações relacionadas com os direitos das crianças em Cabo Verde.

8.10. Participação em Workshop para assinalar Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

"O Jornalismo de Investigação no combate à Desinformação" foi o título do workshop para assinalar o Dia Mundial da Liberade de Imprensa, no dia 3 de Maio. O evento decorreu na Cidade da Praia, com a participação de profissionais e estudantes da comunicação social e não só.
Além da Presidente da CNDHC, a abertura do evento contou com as intervenções do Vice-Presidente da Associação Sindical dos Jornalistas Cabo-verdianos, José António dos Reis; do Gestor do Escritório Comum do PNUD, UNICEF e UNFPA, Boubou Camara; e da Encarregada de Negócios da Embaixada dos EUA, Marissa Scott.

O primeiro painel do workshop contou com duas comunicações: O jornalismo de Investigação no contexto da Desinformação, por José Manuel Fernandes, Publisher e Administrador do jornal português OBSERVADOR; e Os desafios do jornalismo de investigação em Cabo Verde, por Daniel Almeida, Jornalista do jornal "A Nação". Seguiu-se um debate moderado pelo jornalista José António dos Reis.

No segundo painel, foi abordado o tema "Os limites à liberdade da Comunicação Social / Direitos e Garantias dos cidadãos" por João Almeida, docente e investigador universitário; e o tema "O papel dos media na promoção e defesa dos Direitos Humanos" por Redy Lima,

sociólogo e investigador. A moderação do debate esteve a cargo da jornalista Maria de Jesus Lobo.

A iniciativa foi promovida pela AJOC, em parceria com a CNDHC, o PNUD e as Embaixadas dos Estados Unidos de América e de Portugal.

8.11. Participação na Semana Nacional da Cidadania

Em representação da CNDHC, a Comissária representante da ADECO, Sandra Neves participou, de 13 a 18 de Maio, em São Vicente, na Semana Nacional da Cidadania, evento promovido pelo Observatório da Cidadania Ativa de Cabo Verde.

Durante a sua intervenção, a Comissária enalteceu a "iniciativa da sociedade civil mindelense de criar um Observatório com base na educação para a Cidadania, que será um contributo para que a sociedade cabo-verdiana esteja cada vez mais ciente da importância do exercício efetivo da cidadania e dos cidadãos estarem cientes dos seus direitos e deveres, exigindo o que lhes é devido e cumprindo as obrigações que a vida em sociedade implicam.

Tendo como desígnio principal a educação para a cidadania e a consciencialização da sociedade sobre os direitos e deveres dos cidadãos, o Observatório foi criado em março deste ano, na ilha de São Vicente por um grupo de quadros e representantes de organizações públicas e privadas, associações e profissionais de áreas distintas, tais

como professores, jornalistas, psicólogos, sociólogos, agentes culturais, representantes dos estabelecimentos de ensino e de associações comunitárias.

8.12. Apresentação de comunicação sobre "Inclusão de Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos"

A convite da Associação Nacional de Apoio à Promoção da Educação Especial em Cabo Verde (ANAPEE-CV), a CNDHC apresentou uma comunicação no 1º Intercâmbio Inclusivo dos Profissionais da Área da Inclusão Socioeducativa de Pessoas com Deficiência entre as Comunidades de Países de Língua Portuguesa.

"Inclusão de Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos" foi o tema apresentado pela Técnica da CNDHC, Zoraida Fortes, que começou por elencar os instrumentos jurídicos internacionais de Direitos Humanos que enquadram e defendem a inclusão das pessoas com deficiência, nomeadamente: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais (PIDESC) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

Durante a sua comunicação, Zoraida Fortes focou nos avanços e desafios de Cabo Verde a nível da inclusão das pessoas com deficiência, elencou os instrumentos jurídicos nacionais que se referem ao tema, os compromissos internacionais assumidos pelo país com a ratificação do PIDESC e da Convenção das Pessoas com Deficiência, as políticas

públicas adotadas pelo país, entre outros. Por fim, indicou algumas publicações e ações promovidas pela CNDHC no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência.

O evento, que decorreu de 6 a 8 de junho na Cidade da Praia, contou com a participação de especialistas do ensino especial da CPLP que partilharam os seus conhecimentos, vivências e perspetivas sobre a inclusão, com vista à criação de uma plataforma para a gestão das melhores práticas que se adequam à realidade de cada país.

8.13. Apresentação de palestra sobre "Direitos Humanos e Justiça Climática"

No âmbito de um ciclo de debates mensais promovidos pelo movimento Ecofeminismo, a CNDHC, por intermédio da Técnica Marísia Delgado Nascimento, facilitou uma palestra subordinada ao tema "Direitos Humanos e Justiça Climática".

A atividade decorreu no dia 17 de junho, no Palácio da Cultura Ildo Lobo, Cidade de Praia. Os participantes receberam exemplares da cartilha "SOS Planeta Terra – Construindo a Cidadania Ecológica", publicada pela CNDHC em 2016.

A sessão integrou o Ciclo de Debates que tem sido promovido pelo movimento Ecofeminismo e que visam consciencializar, mobilizar e engajar a sociedade cabo-verdiana sobre as problemáticas que afetam as mulheres cabo-verdianas e o meio ambiente e incentivar a responsabilidade social, a produção e o consumo sustentável.

Os eventos destinam-se a ambientalistas, feministas, estudantes universitários, associações e líderes comunitários, instituições públicas e privadas e público em geral.

8.14. Participação em marcha pró-direitos LGBTI

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, participou, no dia 29 de junho, na marcha Praia Pride 2019. O evento foi promovido pela Associação LGBTI da Praia, com o objetivo de assinalar o 28 de junho – Dia Internacional do Orgulho LGBTI e contou com a participação de ativistas e entidades como o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), o Ministério da Família e Inclusão Social (MFIS), a Câmara Municipal da Praia (CMP), a ONU Mulheres Cabo Verde (UNW), a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), a Verdefam, o CCS-SIDA, entre outros.

8.15. Socialização de Recomendações do Comité das Nações Unidas a Cabo Verde

A Comissária da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania – representante da ADECO, Sandra Neves, socializou as Recomendações feitas a Cabo Verde pelo Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

O ato decorreu no dia 11 de Julho, na ilha de São Vicente, a convite da Associação de Crianças Desfavorecidas (ACRIDES).

A apresentação integrou o programa do encontro da Rede Local de São Vicente de Combate e Prevenção da Exploração e Abuso Sexual de Crianças, com a participação de técnicos do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, da Câmara Municipal, Polícia Nacional, líderes associativos, entre outros.

Recorde-se que no mês de Maio, Cabo Verde foi submetido a uma avaliação sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança. No final, foram recebidas uma série de recomendações que o país deerá implementar nos próximos quatro anos.

8.16. Receção de Delegação de Deputados Moçambicanos

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania recebeu, no dia 13 de Julho, uma delegação da Comissão Especializada de Petições do Parlamento de Moçambique.

O encontro integrou o programa de deslocação da delegação a Cabo Verde, com uma série de contactos com autoridades nacionais, com o objetivo de partilhar experiências no que se refere à questão das petições.

O programa incluiu encontros com o Primeiro-Ministro, com o Presidente da Assembleia Nacional, com líderes dos grupos parlamentares, Comissão Nacional de Proteção de Dados e Provedoria da Justiça.

8.17. Encontro da CNDHC com a Comissão Interministerial para elaboração de relatórios

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania reuniu-se no dia 7 de Outubro de 2019 com os membros da Comissão Interministerial para a elaboração de relatórios do Estado às Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

O encontro teve como principal objetivo conhecer o plano daquela entidade para a elaboração dos relatórios do Estado às Convenções Internacionais de Direitos Humanos de que Cabo Verde é parte. Além disso, procurou-se conhecer a estratégia para o seguimento e implementação das Recomendações feitas a Cabo Verde nos últimos anos pelos Comités das Convenções que analisaram o país nos últimos anos.

Por fim, a CNDHC manifestou disponibilidade para continuar a colaborar com a Comissão Interministerial, no âmbito das suas competências enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos.

8.18. CNDHC recebe o Subcomité das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura (SPT)

A CNDHC, enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura (MNP), reuniu-se com o Subcomité das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura (SPT) em outubro de 2019.

O objetivo foi reforçar a cooperação entre aquela entidade e o MNP, assim como apresentar algumas recomendações para o funcionamento eficaz da estrutura no cumprimento do seu mandato. Neste âmbito, foram realizados vários encontros de trabalho e as duas entidades realizaram uma visita conjunta à Cadeia Central da Praia.

Essas ações enquadraram-se na primeira visita do SPT a Cabo Verde, que decorreu de 29 de setembro a 10 de outubro, com o objetivo de examinar as condições de detenção, o tratamento de pessoas privadas de liberdade e as garantias em vigor para a sua proteção contra a tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Os especialistas estiveram em 17 locais de quatro ilhas, incluindo prisões, esquadras, unidades de controle de fronteira, centro juvenil e hospital psiquiátrico. Além disso, reuniram-se com a Ministra da Justiça, o Ministro da Administração Interna, parlamentares, juízes, procuradores, Ordem dos Advogados, sociedade civil e entidades da ONU.

8.19. Receção de Delegação da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Guiné Bissau

Conhecer o funcionamento e a experiência da CNDHC de Cabo Verde no que se refere à promoção e proteção dos Direitos Humanos foi um dos principais objetivos do encontro com a Comissão Nacional para os Direitos Humanos da Guiné-Bissau (CNDH), que decorreu no dia 11 de Novembro.

A comitiva guineense, constituída pela Presidente Fernanda Maria da Costa, e por um membro da CNDH, Matcha Silva Nancanha, foi recebida pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e pelo *staff* da instituição.

O encontro decorreu no âmbito de uma visita a Cabo Verde, cuja missão teve como propósito conhecer o panorama e a experiência de Cabo Verde no que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos, mas também partilhar experiências no que diz respeito à sensibilização e monitoramento de situações de violação de Direitos Humanos e identificar possíveis ações de cooperação que poderão ser desenvolvidas na área.

Além da CNDHC, foram realizados encontros com outras entidades nacionais, nomeadamente: a Comissão Interministerial para Elaboração de Relatórios, a Direção Geral da Política da Justiça, a Direção Geral dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social, a Direção Geral da Imigração, o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, a Plataforma das

Comunidades Africanas Residentes em Cabo Verde e a Plataforma das ONG's.

8.20. Reunião com o Diretor Geral dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, na companhia do Assessor Jurídico da instituição, Arlindo Sanches, reuniu-se, no dia 19 de dezembro de 2019, com o Diretor Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social, Paulo Andrade. O encontro teve como objetivos conhecer o plano de implementação do PASS - Manual de Avaliação e de Intervenção com Condenados por Crimes Sexuais, abordar a situação das prisões nacionais e analisar algumas denúncias de violações de direitos humanos nos estabelecimentos prisionais do país.

Durante o encontro, a Presidente da CNDHC solicitou informações sobre o processo de implementação do PASS - Manual de Avaliação e de Intervenção com Condenados por Crimes Sexuais nos estabelecimentos prisionais, publicado pela instituição em julho de 2019.

MEDIA CLIPPING/ CNDHC NAS REDES SOCIAIS

9.CNDHC nos Media e Redes Sociais

A comunicação social tem sido um importante veículo de divulgação do trabalho levado a cabo pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, razão pela qual, a Presidente tem concedido entrevistas em ocasiões especiais, como comemoração de efemérides e para dar a conhecer as atividades realizadas pela instituição.

De referir ainda que a CNDHC possui uma página web (www.cndhc.org.cv), uma conta institucional na rede social Facebook (@CNDHCCV) e um canal no Youtube (@CNDHC Cabo Verde) utilizados igualmente para a divulgação e promoção institucional e para fins educativos.

https://www.inforpress.cv/cabo-verde-tem-apresentado-algumas-fragilidades-na-aplicacao-dos-direitos-humanos-zaida-freitas/

https://www.inforpress.cv/direito-internacional-humanitario-e-direitos-humanos-precisam-ser-mais-estudadas-nas-forcas-

https://anacao.cv/cndhc-reune-se-em-46a-sessao-plenaria-para-analisar-varias-questoes-ligada-a-direitos-humanos/

https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/brava-cndhc-satisfeita-com-resultados-obtidos-na-apresentacao-da-campanha-dos-70-

http://www.tcv.cv/index.php?paginas=47&id_cod=81353

http://www.tcv.cv/index.php?paginas=47&id_cod=81167&fbclid=IwAR2sJkK4R_pB8FpbYbWnYUq2I3HI3LP8XChP0EkYUo2EQ7r

https://expressodasilhas.cv/pais/2019/07/15/comissao-de-direitos-humanos-apresenta-manual-de-intervencao-em-

https://noticias.sapo.cv/economia/artigos/relatorio-recomenda-ajuste-de-pensoes-de-idosos-cabo-verdianos-ao-salario-minimo-

http://www.tcv.cv/index.php?paginas=47&id_cod=80182

https://www.youtube.com/watch?v=tfjMUSZ_Ybc

https://opais.cv/tarrafal-de-santiago-acolhe-atividades-da-campanha-dos-70-anos-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/12/06/2019/

http://www.rcv.cv/index.php?paginas=21&id_cod=21136

https://www.inforpress.cv/abertas-inscricoes-para-premio-

http://www.faapa.info/blog/cabo-verde-vai-a-suica-para-se-submeter-a-exame-sobre-os-direitos-humanos/

http://www.tcv.cv/index.php?paginas=47&id_cod=79124

http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=20863nacional-direitos-humanos-2019/

https://terranova.cv/index.php/actualidade/99-sociedade/6288-cnhdc-trabalha-proposta-de-novo-procedimento-de-analise-e-tratamento-das-queixas-relacionadas-com-a-violacao-dos-direitos-humanos

https://opais.cv/cndhc-e-acas-promovem-encontros-com-a-comunidade-de-safende/10/04/2019/

EXECUÇÃO FINANCEIRA

10.Execução orçamental

10.1. Orçamento

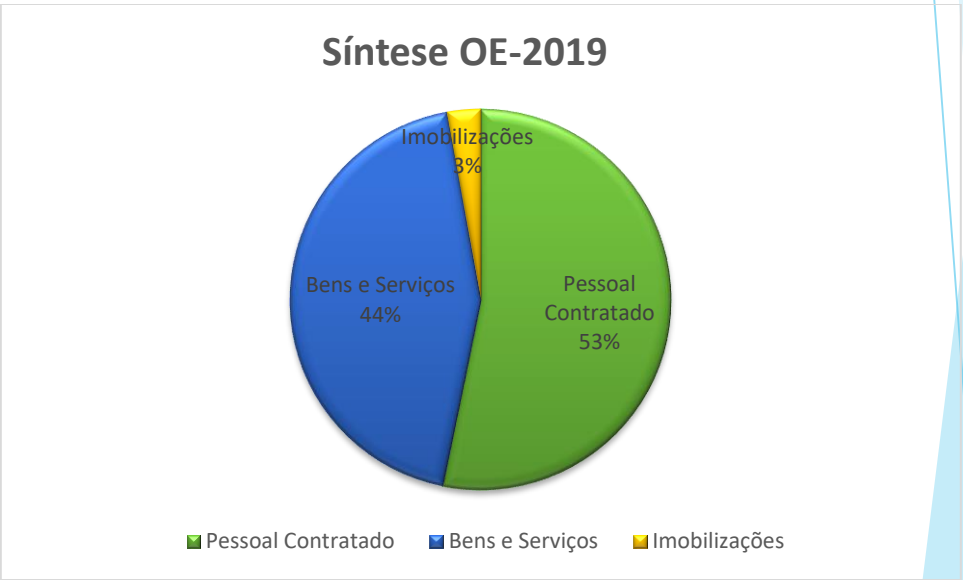
O presente relatório pretende apresentar de forma sucinta a situação da execução financeira da CNDHC relativa ao ano de 2019.

O orçamento da CNDHC é financiado pelo Tesouro no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE) e tem enquadramento no Subprograma "Direitos Humanos e Garantia do Acesso à Justiça e ao Direito" do Programa do Governo "Promoção da Defesa do Interesse Coletivo".

A dotação do orçamento para 2019 foi de 23 026 473 CVE, dotação que teve um ligeiro aumento em relação ao ano precedente.

O Gráfico 10, seguinte, apresenta a proposta do orçamento para 2019 por grandes rúbricas.

Gráfico 10. Síntese da proposta do Orçamento de Estado 2019



A performance de execução financeira alcançada em 2019 foi de 78,24%.

10.2. Execução Financeira: Exercício de 2019

A proposta do orçamento da CNDHC para 2019 foi de 23 026 073 CVE.

A Tabela I, seguinte, define resumidamente as principais rúbricas económicas e a sua utilidade no financiamento das despesas correntes da CNDHC.

Tabela 12. Proposta do OE-2019 detalhado por rubrica

DESPESA	DESCRIÇÃO
02.01.01.01.03 - Pessoal Contratado	Engloba as remunerações de indivíduos providos por contrato. Compreende remunerações de trabalhadores ou firmas independentes a ser contratado a prazo para desenvolvimento de tarefas específicas.
02.01.01.02.02 – subsídios permanentes	Engloba apenas os subsídios criados por lei e cujos quantitativos estejam legalmente fixados e sejam devidos regularmente.
02.01.01.02.04 – Gratificações Eventuais	Inclui os abonos auferidos a título de gratificações, criadas por lei, e cuja efetivação esteja condicionada à quantidade de serviço ou à verificação de determinados requisitos inerentes ao mesmo, como por exemplo, as senhas de presença.
02.01.01.02.07 – Formação	Inclui os encargos efetuados com a frequência de ações de formação de funcionários, apenas na parte respeitante ao custo da ação de formação.
02.01.02.01.01 – Contribuições para a Segurança Social	Engloba as despesas de encargos que o Estado paga como entidade patronal, nomeadamente com saúde, pensões, abonos de família, quotizações para a previdência social e outros encargos de segurança social e que são suportados com o agente servidor, nos termos da lei.
02.02.01.01.02 - Combustíveis e Lubrificantes	Engloba combustíveis e lubrificantes para o veículo automóvel destinado a realização das atividades da Comissão.
02.02.01.00.05 - Material de Escritório	Engloba as despesas com a aquisição de materiais de consumo corrente de secretaria, nomeadamente papeis, impressos, tintas para fotocopiadoras e impressoras, CD's, canetas, lápis etc.
02.02.02.00.01 - Rendas e Alugueres	Inclui as despesas relativas a renda de terrenos e edifícios e ao aluguer de equipamentos, que tenham por suporte a figura jurídica de contrato de locação, não se incluindo as rendas de bens em regime de locação financeira, mas sim as de bens em regime de locação operacional.

02.02.02.00.03 - Comunicações	Engloba as despesas com a comunicação, nomeadamente, por telefone, Internet, correios etc.
02.02.02.00.06 – Energia elétrica	Engloba as despesas com o consumo de eletricidade.
02.08.01 - Seguros	Seguro obrigatório automóvel
02.02.01.01.03 – Material de Limpeza, Higiene e Conforto	Constitui encargos com produtos de limpeza, higiene e conforto nas instalações da CNDHC.
02.02.02.00.09 - Deslocações e estadias	Engloba as despesas com a alimentação, alojamento e transporte, nomeadamente, aquisição de bilhetes de passagem, ajudas de custo, despesas com concessão de vistos e outras relacionadas com as viagens e deslocações previstas na lei. Nas viagens é considerado o itinerário mais curto e económico. As ajudas de custo são previstas e atribuídas dentro dos limites estabelecidos na respetiva lei em vigor.
02.02.02.09.09 - Outros serviços	Outros fornecimentos e serviços prestados por empresas e entidades externas não enquadráveis nas rubricas anteriores
02.06.02.01.01 – Quotas a Organismos Internacionais Correntes	Estão incluídas transferências para organismos internacionais, pelo que nesta classificação dever-se-ão incluir as despesas com essas mesmas transferências e que estão assumidas durante o exercício económico.
02.02.02.00.02 – Conservação e Reparação de bens	Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados) a satisfazer trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.
02.02.02.00.07 – Publicidade e Propaganda	Engloba as despesas com a aquisição de serviços de publicidade e propaganda, como spots, anúncios nos órgãos de comunicação social, boletins informativos, brochuras publicitárias e outros meios para publicitar e informar o público sobre as atividades da Administração.
02.02.01.09.09 - Outros Bens	Inclui todos os bens que, pela sua natureza, não se enquadram em qualquer das antecedentes, considerando-se ainda os

	encargos com a aquisição de rações para animais que não sejam para abate.
02.02.02.00.08 - Representação dos Serviços	Inclui as despesas determinadas por necessidades acidentais de representação dos organismos, com exclusão das despesas de representação para o exercício de determinados cargos oficiais, que assumem a natureza de despesas com pessoal.
02.02.01.00.09 – Material de transporte – peças	Engloba as despesas com aquisição de material diverso que sirva para efetuar a conservação e reparações em equipamentos e máquinas.
03.01.01.02.03. - Equipamentos administrativos, sociais e mobiliários diversos	Abarca as despesas com aquisição de equipamentos administrativos, social e mobiliário diverso.
02.08.02.01.09 – Id Outras Correntes	que não estejam especificadas nas anteriores. As mais relevantes nesta categoria são: ● As transferências correntes para instituições, sem fins lucrativos ao serviço, das famílias. Estas transferências consistem geralmente em dinheiro sob a forma de pagamento de anuidades, doações voluntárias que sejam feitas de forma regular ou ocasional. Essas transferências destinam-se a cobrir os custos de instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias ou para fornecer fundos para despesas correntes. Podem também incluir-se nesta classificação, transferências em espécie sob a forma de alimentos, roupas, cobertores e medicamentos para instituições de caridade para distribuição às famílias. ● Pagamentos de indemnizações por danos ou prejuízos causados por catástrofes naturais. ● Os pagamentos de compensação por danos a pessoas ou danos materiais causados pelos serviços das administrações públicas, excluindo-se os pagamentos de seguros não-vida. Estes pagamentos podem ser obrigatórios por imposição judicial ou *ex gratia* por acordos fora dos tribunais. ● Bolsas de estudo e outros benefícios educacionais. ● Transferências de Capital para empresas do mercado sem fins lucrativos (…)

A Tabela 13 seguinte elucida o resumo da execução financeira referente ao ano de 2019, por categoria.

Tabela 13. Execução do OE em 2019

			Alterações					
Rubrica	Despesas	Dotação Inicial	+	-	Corrigidas	Cativos por lei	Realizadas	Saldo
FSA: 40.10.15.18 - CNDHC								
02.01.01.01.03	Pessoal Contratado	12 249 183,00	0,00	0,00	12 249 183,00	0,00	8 998 435,00	3 250 748,00
02.01.01.02.02	Subisídios Permanentes	840 000,00	0,00	0,00	840 000,00	0,00	840 000,00	0,00
02.01.01.02.04	Gratificações Eventuais	540 000,00	0,00	225 000,00	315 000,00	0,00	315 000,00	0,00
02.01.01.02.07	Formação	200 000,00	27 738,00	0,00	227 738,00	20 000,00	225 000,00	2 738,00
02.01.02.01.01	Contribuições para a Segurança social	1 837 377,00	0,00	0,00	1 837 377,00	0,00	1 347 570,00	489 807,00
02.02 - Aquisições de bens e serviços								
02.02.01.00.05	Material de Escritório	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00	40 000,00	160 000,00	0,00
02.02.01.00.09	Material de Transporte - Peças	36 000,00	0,00	11 181,00	24 819,00	7 200,00	17 619,00	0,00
02.02.01.01.02	Combustíveis E Lubrificantes	400 000,00	0,00	40 000,00	360 000,00	80 000,00	280 000,00	0,00
02.02.01.01.03	Material de Limpeza, Higiéne e Confor	60 000,00	0,00	16 145,00	43 855,00	12 000,00	31 855,00	0,00
02.02.01.09.09	Outros Bens	50 000,00	0,00	38 045,00	11 955,00	10 000,00	1 955,00	0,00
02.02.02.00.01	Rendas E Alugueres	100 000,00	0,00	75 780,00	24 220,00	0,00	24 220,00	0,00
02.02.02.00.02	Conservação E Reparação de Bens	350 000,00	0,00	154 000,00	196 000,00	70 000,00	125 604,00	396,00
02.02.02.00.03	Comunicações	425 000,00	100 000,00	0,00	525 000,00	85 000,00	437 774,00	2 226,00
02.02.02.00.05	Água	150 000,00	37 000,00	0,00	187 000,00	30 000,00	155 004,00	1 996,00
02.02.02.00.06	Energia elétrica	350 000,00	0,00	14 000,00	336 000,00	70 000,00	253 836,00	12 164,00
02.02.02.00.07	Publicidade e Propaganda	0,00	70 000,00	0,00	70 000,00	0,00	68 916,00	1 084,00
02.02.02.00.08	Representação dos serviços	0,00	12 000,00	0,00	12 000,00	0,00	9 350,00	2 650,00
02.02.02.00.09	Deslocações E Estadas	1 650 000,00	0,00	0,00	1 650 000,00	330 000,00	1 320 000,00	0,00
02.02.02.01.00	Vigilância E Segurança	258 833,00	21 569,00	0,00	280 402,00	0,00	280 397,00	5,00
02.02.02.01.03.01	Assistência técnica - Residentes	200 000,00	0,00	160 000,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00
02.02.02.09.09	Outros Serviços	200 000,00	240 000,00	0,00	440 000,00	40 000,00	398 210,00	1 790,00
02.08 - Outras Despesas								0,00
02.08.01	Seguros	40 000,00	0,00	24 156,00	15 844,00	0,00	15 844,00	0,00
02.06.02.01.01	Quotas a Organismos Internacionais	983 080,00	0,00	0,00	983 080,00	0,00	983 080,00	0,00
02.08.02.01.09	ID Outras Correntes	1 250 000,00	250 000,00	0,00	1 500 000,00	250 000,00	1 200 000,00	50 000,00
03.01 - Ativos Não Financeiros								0,00
03.01.01.02.03.01	Equipamento Administrativo - Aquisiç	657 000,00	0,00	0,00	657 000,00	131 400,00	525 598,00	2,00
Total Geral		**23 026 473,00**	**758 307,00**	**758 307,00**	**23 026 473,00**	**1 215 600,00**	**18 015 267,00**	**3 815 606,00**

Foram mantidos cativos pelo Ministério das Finanças, 20%(vinte por cento) do total das dotações orçamentais do Orçamento de Funcionamento, nos agrupamentos económicos relativos às remunerações variáveis, aquisição de bens e serviços e ativos não financeiros (equipamento administrativo), exceto as verbas destinadas aos serviços de Vigilância e Segurança, Rendas e Alugueres e Seguros, conforme o artigo 3º do Decreto-Lei de execução orçamental para 2019. Assim sendo, o total do montante cativo ascendeu aos 1.215.600 CVE. Neste sentido, procedeu-se à realocação dos montantes de algumas rubricas, para fazer face aos compromissos assumidos.

O saldo da rúbrica "Pessoal Contratado" inclui o montante previsto para efeito de pagamento dos ordenados e salários de 2 (dois) Técnicos e 1 (um) Motorista.

A CNHDC conta atualmente com um motorista cedido pelo Ministério da Justiça e Trabalho.

Para 2019, a CNDHC previu verba para a contratação de dois técnicos. O processo de contratação de um dos técnicos está em andamento e espera-se a sua conclusão para breve.

PLANO DE ATIVIDADES 2019

11.Plano de Atividades 2019

PLANO DE ATIVIDADES CNDHC 2019		Cronograma											
N.º	Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	REFORÇO DE CAPACIDADES TÉCNICAS												
1.1	Formação Staff - Educação para os DH												
1.2	Workshop de Fotografia												
1.3	Formação Staff - Coaching												
1.4	Formação em atendimento e investigação denúncias												
1.5	Ferramentas de gestão (Trello), etc			15									
1.6	Seminários Temáticos Internos			1 a 7									
1.7	Formação aos Comissários em temáticas de DH (formação online)												
2	AÇÕES DE PROMOÇÃO												
2.1	Campanha 70 anos DUDH -maio,santiago e sal , Brava, Fogo			13-14/20-21									
2.2	Promoção DH e Cidadania (Cartilha do Ambiente) - escolas, comunidades e parceiros												
2.3	Formação Novos Agentes PN - ministrar módulo DH												
2.4	Sensibilização deputados - compromissos do Estado em DH												
2.5	Divulgação da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência			13-14/20-21									
2.6	Ações cidadão Pikinoti												
2.7	Formação DH para ativistas												
2.8	Divulgação das recomendações			7									
2.9	Divulgação do MPT às instituições e parceiros			14									
2.10	Formação DIH para militares e agentes de segurança												
2.11	Direitos Humanos não vão de férias												
2.12	Criação de comité para trabalhar Política Nacional de Educação para os Direitos Humanos												
2.13	Direitos das Pessoas Idosas - Toma Benson												
2.14	Formação para associações sobre Cidadania LGBTI												
2.15	Formaçaõ Cidadania para reclusos												
3	RELATÓRIOS												
3.1	Socialização e publicação II Relatório Nacional DH												
3.2	Elaboração Relatório de Atividades 2018			29									
3.3	Elaboração Relatório de Atividades 2019			29									
3.4	Elaboração e Submissão Relatório de implementação CDC ao Comité												
3.5	Elaboração e Submissão Relatório de implementação CEDAW ao Comité												
3.6	Elaboração relatório MPT												
3.7	Elaboração e Submissão Relatório de implementação PIDCP ao Comité												
4	REFORÇO INSTITUCIONAL												
4.1	Aprovação e publicação do novo Estatuto da CNDHC												
4.2	Submissão pedido de acreditação da CNDHC junto da GANHRI												
4.3	Consultoria técnica GANHRI												
4.4	Criação e instalação do Observatório DH												
4.5	Instalação do Departamento de DIH												
4.6	Reestruturar o Centro de Documentação da CNDHC												
4.7	Seguimento da implementação do IIPNADHC												
4.8	Subscrição do Legispalop												
4.9	Revisão dos regulamentos												
4.10	Finalização dos Procedimentos - Denúncias												
4.11	Ação de sensibilização sobre DIH												
5	AÇÕES DE PROTEÇÃO												
5.1	Recebimento e tratamento de denúncias												
5.2	Elaboração de recomendações ao governo												
5.3	Linha denúncia												
5.4	Mec. Prev.Tortura - Visitas locais de privação de liberdade												
5.5	Implementação de um projeto piloto de atendimento de denúncias nas comunidades												
6	ESTUDOS E SEMINÁRIOS												
6.1	Seminário Internacional sobre a Implementação das Convenções Int. DH												
6.2	Estudo: Conhed/to e aplicação Conv.Int. DH - Magist., Advog. e Parlamentares												
6.3	Estudo sobre o exercício da cidadania em saúde												
7	RELAÇÕES INTERNACIONAIS												
7.1	Enviar o pedido de Estatuto de afiliado junto da Comissão Africana												
7.2	Implementar Protocolo c/ o Instituto Internacional de Direito Humanitário												
7.3	Reforçar as relações com as redes internacionais das INDH												
7.4	Participar nas sessões dos comités dos orgãos dos tratados das NU												
8	PUBLICAÇÕES												
8.1	Publicação Protoc. avaliação e intervenção c/ condenados por crimes sexuais												
8.2	Publicação dos estudos e relatórios realizados												
8.3	Publicação da Brochura do Prémio Nacional Direitos Humanos												
8.4	Publicação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial												
8.5	Lançamento do Cidadão Pikinoti com Língua Gestual												
9	REFORÇO DE PARCERIAS												
9.1	Mobilização de novas parcerias para as atividades da CNDHC												
9.2	Protocolos com Ongs, Instituições e embaixadas												
9.3	Protocolos com as Universidades												
9.4	Elaboração do Plano de implementação do Acordo SOS/CNDHC												
10	NOVOS PROJETOS PARA FINANCIAMENTO												
10.1	Elab. Projeto sobre o voluntariado para a CNDHC												
10.2	Elab. Projeto Formação Staff - Indicadores de Direitos Humanos												
10.3	Formação - membros do Mecanismo Nac. Prevenção da Tortura												
10.4	Curso de Línguas (Inglês/Francês)												
10.5	Formação aos Jornalistas												
10.6	Elab. Projeto Brochura DUDH para crianças												
11	PRÉMIO DIREITOS HUMANOS												
11.1	Lançamento do Concurso e atribuição do Prémio DH 2019												
11.2	Premio DH nas Prisões												
12	COMUNICAÇÃO E IMAGEM												
12.1	Plano de Comunicação e imagem institucional												
13	PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS												
13.1	COORDENAÇÃO do II PNADHC												
13.2	Proposta de Lei para a responsabilidade parental												
14	PLENÁRIAS												
14.1	Realização de Reuniões Plenárias												
15	REUNIÕES CONSELHO CORRDENADOR												
15.1	Realização do Conselho Coordenador												
16	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PÚBLICOS												
16.1	Representação da CNDHC em fóruns diversos												
17	CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES												
17.1	Contratação Técnico Observatório Direitos Humanos												
17.2	Aquisição de uma estante para a biblioteca												
18	OBRAS												
18.1	Realização de Obras na Cave												
19	COMEMORAÇÃO EFEMÉRIDES												
20	MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS												
21	PAGAMENTO DAS QUOTAS INTERNACIONAIS												
21.1	Pagamento das quotas às organizações/redes de direitos humanos												
22	GUPOS TEMÁTICOS												
22.1	Reuniões e atividades de grupos temáticos dos Comissários												
23	PLANO DE ATIVIDADES												
23.1	Elaboração do Plano de Atividades 2020												

CONTACTOS

12.Contactos CNDHC

Zaida Morais de Freitas
Presidente

Zaida.Freitas@cndhc.gov.cv

Arlindo Sanches
Jurista

Arlindo.S.Sanches@cndhc.gov.cv

Ilda Fortes
Assessora de Comunicação

Ilda.Fortes@cndhc.gov.cv

Marísia Nascimento
Técnica (Socióloga)

Marisia.Nascimento@cndhc.gov.cv

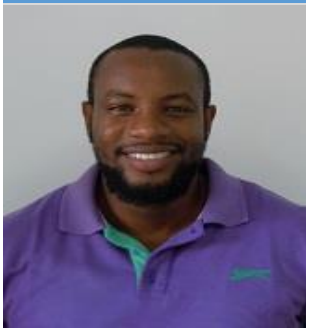
Zoraida Fortes
Técnica (Assistente Social)

Zoraida.Fortes@cndhc.gov.cv

Thelma Pereira
Jurista

Thelma.Pereira@cndhc.gov.cv

Ailton Mendes Silva
Jurista



Ailton.Silva@cndhc.gov.cv

Carla Lima Semedo
Coordenadora do II PNADHC

carla.l.semedo@cndhc.gov.cv

Domingas Lopes
Administrativa Financeira

Domingas.Lopes@cndhc.gov.cv

Jani Pina Secretária	Carla Galvão Ajudante de Serviços Gerais	Anilton Veiga Condutor
Jani.Pina@cndhc.gov.cv		

Contactos gerais

Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania

Morada: Rua Cidade do Funchal, nº 2, 1º andar, CP.191, Achada Santo António

N.º de tel.(+238) 2624506 – Tlm: 9979687

Email:cndhc@cndhc.gov. cv

Website: www.cndhc.org.cv